

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
ESCOLA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES E HUMANIDADES

THAYS RIBEIRO SOUZA BORZUK



O HOMEM, MEU GENERAL, TEM UM DEFEITO: SABE PENSAR

GOIÂNIA
2021

THAYS RIBEIRO SOUZA BORZUK

O HOMEM, MEU GENERAL, TEM UM DEFEITO: SABE PENSAR

Trabalho de conclusão de curso,
apresentado a Pontifícia Universidade
Católica de Goiás, como parte dos requisitos
para a obtenção do título de licenciatura em
História

Orientador (a): Prof. Dr. Eduardo Gusmão de
Quadros

GOIÂNIA
2021

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho por qualquer meio convencional ou eletrônico para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

CIP - Catalogação na Publicação

Borzuk, Thays Ribeiro Souza
BB739h O homem, meu general, tem um defeito: sabe
pensar / Thays Ribeiro Souza Borzuk. --
Goiânia, 2021.
55 f.

Orientador: Eduardo Gusmão de Quadros .
Trabalho de conclusão de curso (graduação) -
Pontifícia Universidade Católica de Goiás,
Faculdade de História, Licenciatura em História,
2021.

1. Educação . 2. Reforma Universitária de 1969.
3. Controle social. 4. Golpe civil-militar
brasileiro . I. Quadros , Eduardo Gusmão de,
orient. II. Título.

Elaborado pelo Sistema de Geração Automática da UFRJ com os dados fornecidos pelo(a) autor(a), sob a responsabilidade de Miguel Romeu Amorim Neto - CRB-7/6283.

THAYS RIBEIRO SOUZA BORZUK

O HOMEM, MEU GENERAL, TEM UM DEFEITO: SABE PENSAR

Trabalho de conclusão de curso,
apresentado a Pontifícia
Universidade Católica de Goiás,
como parte dos requisitos para a
obtenção do título de licenciatura em
História

Local, ____ de _____ de __

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Eduardo Gusmão de Quadros.
Orientador (a)

Prof. Dr. Eduardo José Reinato.
Avaliador (a)

AGRADECIMENTOS

Em 2017 eu tatuei a palavra “resiliência” no ombro, sem nem entender muito da vida ou das adversidades por ela trazida, porque achava que no auge dos meus 17 anos eu já tinha passado por situações consideradas desafiadoras e isso me teria feito ser forte e capaz de superar tudo. Em 2018 entrei na universidade e não imaginava a montanha russa que é estar dentro desse ambiente, várias mudanças, transformações e aprendizados, hoje entendo de verdade o que é ser resiliente. Gostaria de começar agradecendo a Deus por ter sido meu suporte em todos os momentos que considero ter sido difícil, principalmente na execução deste trabalho.

Seguidamente, agradeço a minha mãe Lucimar R. A. Borzuk por me mostrar que sou forte e capaz de todas as metas que eu estipulo, agradeço ao meu pai Tales A. S. Borzuk por todo o apoio e incentivo. Pai e mãe vocês são a minha base e meu suporte, só sou o que sou pela soma do que vocês dois são na minha vida. Agradeço ao meu irmão Tales A. S. B. Filho que mesmo com o jeitinho estressado dele cuidou de mim e se preocupou com o meu caminho percorrido até aqui.

De forma geral gostaria de agradecer aos meus avós maternos por sempre me apoiarem e me mimarem todas as vezes que eu estava estressada, principalmente nesse processo de produção da monografia. Agradecer aos meus avós paternos que por mais que não estejam aqui no plano físico, me deram forças, sei que estão orgulhosos da “negona/taíquinha” deles. Além disso, agradeço a todos os meus tios e primos por estarem ao meu lado e me fazerem enxergar que sou capaz de conquistar tudo aquilo que eu sonho. Aos meus amigos que fiz antes da universidade, obrigada por serem parceiros e estarem comigo em todos os momentos importantes.

No âmbito acadêmico, meus mais sinceros agradecimentos para todos os professores que me auxiliaram, que viram um potencial que eu não imaginava ter. Em especial queria agradecer ao professor Ivan Vieira por ser sempre solícito e ter me ajudado em tudo no decorrer da minha graduação, ao professor Antônio Luiz por no começo dessa loucura que é a produção de monografia ter me orientado e acreditado que esse trabalho seria possível ser realizado, aos

professores Maria Cristina Neto e Eduardo Reinato por serem tão inspiradores e apaixonados pelo que fazem, serei grata por vocês em todas as circunstâncias.

Ao meu orientador Eduardo de Quadros agradeço pela parceria, mesmo que eu nunca havia tido contato antes da orientação, sei que é uma pessoa grandiosa e um excelente professor. Obrigada por ter acreditado na minha ideia e ter abraçado esse trabalho junto comigo.

Gostaria de agradecer todos os amigos que fiz durante a graduação, em especial a Sara Bessa Bueno por sempre me apoiar, sempre me entender e lutar para defender minhas ideias e os meus ideais. Em geral, obrigada João Guilherme B., Izabela S., Lucas B., Lucas R., Percília M., Wanderson S., e todos aqueles que não estão aqui mencionados, vocês foram essenciais durante a minha formação.

A todos vocês muito obrigada!

*O vosso tanque General, é um carro forte
Derruba uma floresta esmaga cem
Homens,
Mas tem um defeito
- Precisa de um motorista*

*O vosso bombardeiro, general
É poderoso:
Voa mais depressa que a tempestade
E transporta mais carga que um elefante
Mas tem um defeito
- Precisa de um piloto.*

*O homem, meu general, é muito útil:
Sabe voar, e sabe matar
Mas tem um defeito
- Sabe pensar*

(Bertolt Brecht)

RESUMO

Esta pesquisa pretende analisar e constatar que a intenção governamental desde a implementação da Reforma Universitária de 1969, era de controlar a sociedade, principalmente os movimentos estudantis, em que os estudantes universitários que passaram a ser o palco de repressivas ações por não estarem de acordo com o governo daquele momento, foram diretamente afetados. Além disso, há a necessidade de apontar como as ciências humanas foram deixadas de lado para manter uma estrutura modernizadora, em que com a parceria MEC-USAID as ciências exatas passaram a ser mais valorizadas, para que segundo os idealizadores, o país conseguisse se desenvolver. Diante disso, é necessário entendermos sobre o contexto político do Brasil dos anos 60, para que possamos analisar a educação, o meio universitário, a resistência e o mecanismo de controle por parte governamental.

Palavras-chave: golpe civil-militar de 1964, educação, reforma universitária, controle social.

ABSTRACT

This research intends to analyze and verify that the governmental intention since the implementation of the 1969 University Reform, was to control the Society, especially the student movements, in which the university students who became the stage for repressive actions for not agreeing with the government at that moment, were directly affected. Furthermore, there is a necessity to point out how the human sciences were left aside to keep a modernizing structure, that in partnering with MEC-USAID, the exact sciences started to be more valued, so that, according to its creators, the country would be able to develop. Therefore, is necessary to understand the political context of Brazil in the 1960s, so that we can analyze education, the university environment, resistance, and the governmental control mechanism.

Keywords: civil-military coup of 1964, education, university reform, social control.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
1 - DA RENÚNCIA AO GOLPE (1961-1964).....	17
1.1 - ENTRE PRESIDENCIALISMO E PARLAMENTARISMO.....	17
1.2 - DIFICULDADES DE JOÃO GOULART COMO PRESIDENTE.....	21
1.3 - A IMPLANTAÇÃO DA DITADURA.....	23
1.4 - A SOCIEDADE BRASILEIRA POLARIZADA.....	25
2 - HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA.....	31
2.1 - A ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO ESCOLAR.....	31
2.2 - EDUCAÇÃO E AUTORITARISMO.....	33
2.3 - REFORMA EDUCACIONAL DE 1967.....	36
2.4 - A UNIVERSIDADE DENTRO DO CONTEXTO DAS REFORMAS	38
2.5 - A DISCIPLINA DE ESTUDOS DE PROBLEMAS BRASILEIROS (EPB).	42
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	47
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	51

INTRODUÇÃO

Tratar dos regimes ditatoriais nos reserva muitos questionamentos acerca da política, de sua intencionalidade com a população e, até mesmo, a forma como o governo busca a legitimação. Considerando o Golpe Civil-Militar Brasileiro de 1964, período que pretendemos estudar, a educação passou a ser uma das principais ferramentas de controle social, no sentido de que disciplinas que se pressupõe que incentivavam o pensamento crítico foram retiradas do foco, tendo como principal elemento educacional as matérias de exatas a partir do acordo MEC-USAID, além das disciplinas de Moral e Cívica.

Um pouco antes do Golpe de 64, ainda no Governo de João Goulart, o Brasil passava por uma crise financeira, além da crise política, então os militares acreditaram que se assumissem o governo iria amenizar tais crises, e acima de tudo, os fatores ideológicos advindos da Guerra Fria e da política dos EUA para a América Latina, seria mantida e assim a sociedade brasileira iria se desenvolver. Nesse sentido, em 1964 a sociedade brasileira encarou um golpe de cunho Civil-Militar, com diversas alegações.

O momento brasileiro era de crise política diante da dualidade de se ter um país moderno economicamente e socialmente justo, um país economicamente moderno e ligado ao capitalismo. Uma das justificativas para o golpe foi uma suposta ameaça comunista (fato ideológico, como já citado) e era preciso agir, inclusive houve o apoio externo para que o Brasil não se tornasse comunista. Nesse aspecto, como forma de legitimar o golpe, tivemos a edição do primeiro ato de exceção, Ato Institucional número 1, em que regulamentou eleições indiretas para presidente, tendo assim de fato iniciado a ditadura de 64.

Dito isso, os desdobramentos desse período brasileiro foram grandes, tivemos várias situações que o Governo interveio diretamente e uma delas foi a educação, no qual nos deteremos. Em 1967, foi criada uma nova Constituição e, no aspecto da educação, decidiu-se eliminar a exigência de um gasto mínimo com a educação. Conseqüentemente obteve-se uma queda no investimento, deixando assim o ensino público vulnerável, abrindo espaço para a privatização das instituições escolares (tanto no nível básico quanto no ensino superior) e ascensão do ensino técnico.

Diante disso, além dessa questão da privatização, da ascensão do ensino técnico, temos uma mudança significativa nas universidades, visto que, por se tratar de um regime ditatorial, o simples fato de se ter manifestações preocupava os

governantes. A forma que eles tinham de controlar os movimentos estudantis era através de reformas e intervenções, por meio do controle das disciplinas, das aulas, das turmas, das organizações. Naquele momento era muito difícil a turma permanecer a mesma, sempre mudavam as pessoas para que elas não tivessem contato e assim seria mais difícil de planejar um movimento que fosse contra o Governo. O governo promoveu, assim, a Reforma Universitária implementada em 1969, em que as universidades passaram a serem alvos e os alunos resistências.

A educação é uma ferramenta importante para a legitimação de um regime de base militar, principalmente pelo fato de que o Governo implantou uma política de educação que seria de acordo com os seus ideais. Visto que houve uma valorização das ciências exatas devido ao acordo MEC-USAID, e tivemos uma desvalorização das ciências humanas, campo de tensão que suspostamente, envolveria a construção da consciência crítica do indivíduo. Quando temos cidadãos conscientes criticamente, temos pessoas que não aceitam qualquer condição social e uma das formas de se conter isso é exatamente mexendo na educação.

Em termos de problemática, a pesquisa se detém na investigação da questão sobre em que medida o poder público, de matriz ditatorial, pretende despolitizar o campo educacional. Se pretende refletir como isso foi implementado no campo educacional, utilizando da premissa que ela foi utilizada como estratégia para combater uma ideologia considerada errada, de esquerda ou socialista.

Com a constituição de 1967 e a eliminação da exigência de um gasto mínimo com a educação, temos a abertura para a privatização, para o não investimento da educação e assim a ascensão de um ensino tecnicista, em que irá favorecer uma sociedade capitalista que está tentando se desenvolver industrialmente. Dessa maneira, essa educação esperada é justamente para atender às necessidades advindas da industrialização, e com um incentivo do capital estrangeiro.

A educação foi utilizada para o controle justamente porque segundo as ideias de Althusser e Gramsci, utilizar a educação e a escola como aparelho ideológico de Estado e como mecanismo de obtenção de consenso é uma estratégia para o controle hegemônico (DOMINGOS e GELB, 2014). Sendo assim, o Governo vai tentar implantar uma política educacional condizente com a sua ideologia, no caso, temos dentro dos discursos nacionalistas e patrióticos essa questão ideológica.

Entre 1967 e 1968 temos uma intensificação no movimento estudantil, condizente com a insatisfação das transformações educacionais de acordo com a

nova ideologia e a nova forma governamental, até mesmo devido ao fato que em dezembro de 1968 houve o decreto do Ato Institucional nº 5 responsável por intensificar e normalizar a repressão e a censura. Importante ressaltar que os movimentos estudantis aconteciam de forma clandestina, assim como os outros movimentos sociais, porque eram sistematicamente reprimidos pelo Governo.

O período das Reformas Universitárias foi justamente o período em que se intensificou a repressão referente aqueles que estavam na resistência ao governo ditatorial. Nesse momento, ocorreu a criação de diversos aparatos por parte governamental como tentativa de controlar todos esses movimentos, como exemplo, o Ato de 477 que em geral previa infrações para professores, alunos e funcionários da rede de ensino que incitavam a movimentação contrária ao governo, que organizava passeata ou qualquer movimento que seja.

Essas infrações tinham penas severas, como demissão dos professores e funcionários, não podendo ser contratados por outros estabelecimentos de ensino por 5 anos, e os estudantes seriam desligados do curso. A forma que o governo tinha de manter efetivo esse Ato era através de denúncias por intermédio da própria direção do estabelecimento de ensino, da Divisão de Segurança e Informações (DSI), do Ministério da Educação ou “qualquer outra autoridade ou pessoa”, e assim cumpria-se a penalidade da infração.

As áreas dos cursos de humanas nas universidades foram mandadas para os lugares mais longes da cidade, como é o caso da Universidade Federal de Goiás em Goiânia, que saiu da Praça Universitária para o Campus Samambaia. Seguindo pela lógica daquele momento, quanto mais dificultar o acesso, quanto mais dificultar o encontro dos estudantes melhor seria para o Governo, ou seja, há a identificação de mais um mecanismo de censura, além de maior seleção daqueles que poderiam ir para a faculdade.

Sabemos que a Ditadura Civil-Militar foi um momento em que a liberdade de expressão foi reduzida e um dos aparatos foi justamente a Reforma Universitária, com o redirecionamento da educação em geral. Mas não é possível perceber isso a partir dos pronunciamentos do Presidente Costa e Silva ou através de qualquer Lei ou Decreto-Lei, pois em todo momento há uma tentativa de apaziguar situando que aquelas condições propostas seriam benéficas para as instituições de ensino e assim para a Nação.

No quadro metodológico da presente pesquisa, temos a renovação historiográfica a partir do século XX, em que assim tem-se a reelaboração do campo de pesquisa e conseqüentemente os estudos da história política. O que de acordo com o autor José Barros (2005, p. 233), a História Política possui dimensões complexas, no qual seu enfoque está nos estudos sobre “poder”, podendo ser estatal até o estudo dos micropoderes que aparecem na vida cotidiana. Ganhou evidência as relações políticas entre grupos sociais, sendo assim um dos maiores destaques do estudo historiográfico.

A História Política antes era vista pelos historiadores franceses da Escola dos Annales como erudita, elitista, acrítica, a história historizante, basicamente não contribuía para a compreensão da sociedade, pois era muito fechada focava apenas na política, não se preocupava com o social, cultural, econômico e religioso. No final dos anos 60, quando temos uma abertura da História para a interdisciplinaridade, temos o aparecimento da Nova História Política com novas possibilidades, dando margem para a visibilidade do poder e representatividade.

Diante disso, o presente trabalho possui como metodologia a pesquisa bibliográfica, se encaixando no campo teórico da Nova História Política, visando relacionar a política com ações sociais. Portanto, há como pressuposto a utilização justamente desses movimentos sociais, da mídia para pronunciamento do Presidente Costa e Silva sobre a Reforma Universitária partindo das noções que a Nova História Política nos proporciona.

Com isso, no âmbito teórico teremos autores cujos estudos estão pautados entre educação e política, como o professor Dermeval Saviani, que atua fortemente nos assuntos de Educação. Considerando essas contribuições, utilizaremos suas teses sobre Educação e Política, em que ele nos traz reflexões sobre a utilização da política dentro da educação.

Ressalta-se ainda a importância de se utilizar a concepção althusseriana da escola como Aparelho Ideológico do Estado, em que a escola atuaria como um instrumento de reprodução massiva das ideologias dominantes, no nosso caso, o fato de ter-se implementado uma reforma nas universidades brasileiras como forma de conter a insatisfação dos estudantes contra o Governo.

Nesse aspecto, a pesquisa tem um caráter bibliográfico, no qual se utilizará das obras como “O golpe de 1964: momentos decisivos” de Carlos Fico, “As Universidades e o Regime Militar: Cultura política brasileira e modernização autoritária” de Rodrigo

Patto Sá Motta, “1964: História do Regime Militar Brasileiro” de Marcos Napolitano, “Escola e Democracia” de Dermeval Saviani, além da leitura de outras obras para a tentativa de elucidação da problemática.

A partir do que foi exposto, as fontes a serem utilizadas serão escritas. Será estudada a Constituição de 1967 e suas propostas para educação, assim como, será estudada a lei de implementação da Reforma Universitária de 1969, Ato 477 e o Ato 869, os quais se consideram como fontes documentais. Nesse contexto, serão estudados os pronunciamentos do presidente Costa e Silva, em que a partir de suas falas podemos ver a contradição com as ações, visto que, nesse momento temos o Ato Institucional número 5, em que expressa a censura, a repressão e a violência daquele momento.

As fontes documentais são encontradas principalmente na internet no site da Biblioteca da Presidência da República, em que, contém todos os discursos do presidente, todos os pronunciamentos de uma acessibilidade facilitada e ampla, em que, todos que quiserem pesquisar conseguem ter acesso. Já a fonte escrita é encontrada no site do Planalto da Constituição Federal, sendo facilmente identificada como Constituição de 1967 e com sua disponibilidade ampla e acessível também, assim como a Lei 5540, os Decretos-Lei 477 e 869 são encontrados facilmente no site da Câmara dos Deputados.

Além do que já foi mencionado, há documentação extensa no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), em que se constitui como referência de ensino e pesquisa, objetivando abrigar conjuntos documentais relevantes para a história recente do país. Possuem um acervo importante de homens públicos do país, com mais de 1 milhão de documentos disponíveis para acesso público, e esse acesso se dá através do site do CPDOC. Será utilizado na pesquisa toda a documentação referente ao período a ser estudado e que está disponibilizado no site, além também dos estudos feitos a partir do site Arquivo Nacional.

Sabemos que as fontes são os elementos indispensáveis e específicos de uma pesquisa. É por isso que os elementos mencionados serão fontes privilegiadas do trabalho, já que vamos analisar o contexto da universidade e as ações governamentais como forma de controle social através da Reforma Universitária, ressaltando seus antecedentes e seus desdobramentos.

Diante disso, como estrutura, pretende-se trabalhar no primeiro momento sobre o Regime Civil-Militar, em que serão explorados os antecedentes do golpe, ressaltando a influência dos Estados Unidos e a utilização do discurso de ideologia comunista como risco para a sociedade dando margem para a legitimação da Ditadura Civil-Militar. Além disso, nesse momento cabe considerar o contexto da sociedade daquele momento, em que se tem uma boa organização do movimento estudantil, combatido pela repressão e a censura. No segundo momento, será tratado sobre a educação e seus desdobramentos no governo autoritário, serão ressaltados o acordo MEC-USAID, a disciplina Educação Moral e Cívica e o Estudo de Problemas Brasileiros.

Nosso trabalho tem como intencionalidade retratar a Reforma Universitária e as ações governamentais, ressaltando o fato de que a educação pode servir como um aparato ideológico capaz de evidenciar aquilo que o governo pretende. O debate sobre ideologia deve ser mencionado no decorrer do trabalho, justamente porque podemos considerar que se tem uma tentativa de acabar com uma ideologia socialista ou de esquerda, implementando outra ideologia. O controle educacional foi importante nesse processo.

1 - Da renúncia ao golpe (1961-1964)

Nesse capítulo trataremos sobre os antecedentes do Golpe Civil-Militar¹ de 1964, assim como faremos menção aos desdobramentos do golpe. Ressaltamos o contexto social das movimentações contra o regime e as ações realizadas pelos militares, com o objetivo de situar o contexto educacional e perceber seus mecanismos de controle social. Após a explanação desse conteúdo, iremos tratar da Reforma Universitária de 1969 e seus impactos político-sociais.

No Brasil dos anos 60 tivemos como acontecimento a renúncia à presidência da república, um presidente por acaso, crise social, econômica e política, além do golpe civil-militar que durou vinte e um anos.

O maior instrumento de ação ditatorial foi a censura. Constituíam-se numa série de mecanismos para utilizar contra aqueles que fossem opostos ao governo, sendo também um aparato ideológico para a manutenção do poder. É importante mencionar também o papel dos Estados Unidos para o desdobramento dos processos brasileiros acima referidos. Em suma, o período possuiu uma quantidade extensa de acontecimentos relevantes e sobre o qual falaremos.

1.1 - Entre presidencialismo e parlamentarismo

Na história política brasileira do século XX, temos diversas figuras que são importantes para os acontecimentos que antecederam o Golpe Civil-Militar. Nos deteremos, de início, nos dois representantes máximos do poder executivo, sendo eles Jânio Quadros e João Goulart. Vamos abordar as condições políticas dessas duas figuras, comentar o cenário mundial e a bipolarização da ordem mundial que ocorreu após a Segunda Guerra Mundial.

O mundo passou por grandes mudanças no pós-guerra. Uma delas foi a “luta” entre Capitalismo e Comunismo, a conhecida como Guerra Fria. Seus representantes entraram em um embate sobre qual seria o melhor modelo a ser seguido. Na briga estavam os Estados Unidos, em prol do Capitalismo, e a União Soviética em prol do Comunismo.

¹ O regime político e ideológico ditatorial foi resultado do golpe e das aproximações entre civis e militares. Empresariado aproxima-se e auxilia o governo, civis exercem os poderes Legislativo e Executivo nos municípios e unidade federativas, ocupando por meio do voto o Legislativo Federal e cargos de confiança, como, por exemplo, Ministérios.

Nesse contexto das consequências da Guerra Fria, temos o enraizamento da Doutrina de Segurança Nacional. Ela foi ensinada a toda uma geração de militares brasileiros que passou a frequentar cursos militares norte-americanos. É importante mencionarmos o contexto brasileiro para que essa doutrina conseguisse permanecer e ganhar maior evidência durante a ditadura civil-militar. Diante disso, no Brasil de 1930-1964 tivemos uma onda do projeto político populista, que de acordo com Bruno Bueno (2014, p.47-48) possuía três características básicas: personalização do poder, a soberania do Estado sobre o conjunto da sociedade e a necessidade de participação das massas populares.

Esse conflito internacional fez parte do contexto brasileiro por muito tempo, o que fez com que fosse instaurado como parte da política de fortalecimento da dependência econômica do país aos Estados Unidos. Foi nesse contexto também que houve a criação da Organização dos Estados Americanos (OEA), que basicamente tinha como objetivo garantir a hegemonia dos EUA e impedir a influência comunista na América Latina.

Partindo desse pressuposto, encontramos com a formulação da Doutrina de Segurança Nacional (DSN). Ela baseava a construção ideológica de combate as ameaças internas e externas que precisariam ser combatidas. Bruno Bueno (2014, p. 63) diz que essa ideologia expõe, de forma clara, que a estratégia fundamental era o embate contra a ideologia comunista ou mesmo contra qualquer forma de manifestação social que venha questionar a ordem estabelecida ou aspectos fundamentais desta ordem.

Diante disso, a política pensada pelos Estados Unidos era tomar iniciativas² que fizessem com que a América Latina não fosse “afetada” pelo comunismo. De acordo com Carlos Fico, o governo do presidente dos Estados Unidos Johnson ficou conhecido por ser tolerante aos governos militares (FICO, 2014, p 29) e lançou a tese de que os Estados Unidos não deveriam questionar os regimes militares anticomunistas da América Latina, mesmo que autoritários.

É diante dessa tese que os Estados Unidos conseguem manter uma política de grande influência. Ela terá importância para o movimento que sustentou o Golpe de 64. Através do embaixador estadunidense Lincoln Gordon, que estava no Brasil, os EUA conseguem estar a par dos acontecimentos e apoiar o golpe de Estado durante

² Sendo elas: Comitê Interamericano da Aliança para o Progresso (Ciap) que substituiu o U.S. Agency for International Development (Usaid), o Peace Corps.

sua realização. Visavam o controle da América Latina na expectativa de conter o avanço do Comunismo³.

Ainda se deve mencionar que, de acordo com Nadia Gonçalves (2011, p. 2), a Escola Superior de Guerra (ESG) foi criada em 1949 visando dirigir e planejar a segurança nacional. Nessa perspectiva de proteger das ameaças internas e externas, foi junto com a ESG que a Doutrina de Segurança Nacional ganhou de fato força. Ainda, segundo Nadia “a partir de 1964, a ESG assume papel estratégico no governo, sendo possível identificar de forma mais explícita a presença de sua doutrina na política de Estado.” (2011, p.3)

Nos anos 60, o Brasil passava por uma crise financeira, social e política. Ela foi encadeada, em 1961, com a renúncia do presidente eleito Jânio Quadros e o impedimento da tomada de posse do vice-presidente João Goulart. Da renúncia até a tomada de posse do vice, temos uma caminhada extensa e repleta de acontecimentos importantes.

Ressaltamos que o governo de Quadros durou apenas sete meses, com propostas de uma reforma moral do cidadão brasileiro. Esse governo gerou algumas insatisfações populares, não cumprindo com aquilo que fora prometido, ou seja, reerguer o Brasil, após as crises que resultaram da alta inflação herdada do governo de Juscelino Kubistchek. Ao pedir a renúncia em agosto de 1961, na expectativa de ser clamado pelo povo de volta, Jânio Quadros teve a renúncia deferida e em poucos dias estava fora do Brasil.

Diante disso, deveria ser implantado o governo João Goulart. Seus desdobramentos não foram bem assim. Por ser vice-presidente, Goulart estava em uma reunião diplomática na China, planejada por Jânio Quadros para que ele conseguisse conquistar mais poderes. Goulart era mal visto por estar próximo do socialismo, ressaltando que os dois foram eleitos por partidos diferentes.

Em um de seus discursos, Jango – como João Goulart era conhecido – dissera: “Viva a amizade cada vez mais estreita, entre a China... Popular e os Estados Unidos do Brasil! ” (FICO, 2014, p.13). Isso provocava certo estranhamento e uma má repercussão dentro das suas oposições, pois acreditavam que ele era tendencioso ao comunismo, e que se assumisse a presidência do Brasil, seu plano seria implantar um regime comunista.

³ Recomenda-se que veja o documentário: “O dia que durou 21 anos” do diretor Camilo Galli Torres.

Mediante esse contexto, quem assumiu a presidência do Brasil foi o presidente da Câmara dos Deputados, Pascoal Ranieri Mazzilli, que até então tinha o apoio das Forças Armadas. Não queriam deixar Jango retornar ao Brasil, evidenciando que se retornasse seria um grande deslize, devido sua posição ideológica e sua viagem à China. O conflito com Goulart deixou o Brasil ainda mais vulnerável politicamente, e o presidente de direito passou a ter dificuldades para conseguir voltar ao Brasil (FICO, 2014, p 19). Prossegue o autor dizendo que:

Goulart [...] foi de Cantão para Cingapura, de onde pretendia ir para algum país europeu. Depois de alguns imprevistos, chegou a Paris e de lá foi para Barcelona. Decidiu voar para os Estados Unidos de onde poderia fazer a rota pelo Pacífico até o Rio Grande do Sul. Assim, de Nova York dirigiu-se até Buenos Aires (com escalas em Miami, Panamá e Lima) e da capital argentina voou para Montevidéu. Finalmente, em 31 de agosto, fez um voo muito tenso até Porto Alegre porque havia ameaças de que seu avião seria atacado por caças da FAB (FICO, 2014, p 19).

Mesmo com toda essa movimentação para que conseguisse chegar no Brasil e assumir a presidência, devemos ressaltar que a Vice-Presidência passa para a função de Presidente em caso de impedimento. Jango ainda estava invalidado e não era aceito pela elite. Foi necessária toda uma mobilização, uma estratégia bem elaborada.

O Governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola ⁴ foi para as rádios quando Jango ainda estava retornando ao Brasil, defender o direito dele voltar e assumir a Presidência da República. Essa iniciativa teve uma mobilização muito grande e como solução, pensou-se em fazer o Brasil adotar um sistema que não fosse o presidencialismo.

É importante mencionar que nesse momento já se consegue observar indícios de censura. Quando Brizola foi às rádios para fazer seus devidos pronunciamentos, ocorreu uma tentativa de controle de algumas transmissoras. Nos deteremos nessa informação mais à frente, quando falarmos da censura sofrida especificamente durante o período do regime civil-militar. Voltando ao tema, como solução do conflito tem-se o deferimento do parlamentarismo, deixando Jango como presidente, mas com o gabinete ministerial tendo o poder principal nas decisões do país.

Analisando o contexto daquele momento, o parlamentarismo teria um insucesso muito grande devido as oposições e as tentativas complicadas de formar

⁴ Além de Governador, como citado, ele também era cunhado do João Goulart.

um gabinete coerente, que no mínimo concordasse entre si. Segundo Fico (2014, p 22):

O primeiro gabinete foi chefiado por Tancredo Neves, então deputado federal pelo PSD, que teve de renunciar em junho de 1962 para conseguir reeleger-se deputado federal. Goulart indicou um petebista, San Tiago Dantas, mas as bancadas da UDN e do PSD se opuseram. Os operários ameaçaram entrar em greve em represália, mas San Tiago Dantas teve seu nome recusado pela Câmara dos Deputados. Jango, então indicou o senador pessedista, Auro de Moura Andrade, e os operários ficaram ainda mais irritados e ameaçaram uma greve geral. Por fim, o deputado gaúcho Brochado da Rocha foi aceito. Essas idas e vindas davam a impressão de que o sistema parlamentarista era inviável. (FICO, 2014, p 22)

Desde a implementação ficou acordado que antes da data do que seria uma nova eleição para presidência haveria um plebiscito para saber se continuaria parlamentarismo ou voltaria para o presidencialismo, e é claro que esse plebiscito foi realizado antes do prazo e então ficou decidido que voltaríamos para o antigo sistema.

No Brasil o sistema parlamentarista foi de 1962 até janeiro de 1963, quando tivemos o retorno do presidencialismo e a nova legitimidade do governo de Jango. O êxito no plebiscito pode ser considerado uma vitória pessoal para o presidente, visto que houve o apoio de várias partes da sociedade, mas ainda assim a pauta do golpe ainda estava em jogo e a questão ideológica se fez presente.

1.2 - Dificuldades de João Goulart como presidente

Como presidente, João Goulart teve um governo conturbado, em que as Forças Armadas e a influência dos Estados Unidos dificultaram suas ações, de modo que empréstimos de dinheiro externo norte-americano foi contido, contribuindo ainda mais para as crises sociais que o Brasil estava enfrentando. Uma das principais pautas defendidas por Jango foram as reformas de base, que havia sido iniciada por seu partido em 1954. Possuíam como objetivo uma reforma agrária, urbana, educacional, bancária e tributária, afim de que conseguisse amenizar a crise política e consequentemente fazer com que o Brasil se desenvolvesse. No momento que passou a defender as reformas de base, alguns grupos de apoiadores, como os Sargentos – também estava tendo uma crise política⁵ entre os suboficiais (sargentos e cabos) – entre outros que estavam defendendo o governo.

⁵ É importante ressaltar que nesse momento todos os campos da sociedade queriam uma solução para os problemas políticos.

Segundo, Marcos Napolitano, o governo Jango aglutinou uma nova agenda cultural para o Brasil com a sua defesa de reformismo e uma agenda repleta de iniciativas culturais, intelectuais e artísticas. É evidente que sua defesa do reformismo foi um dos principais agravantes para sua queda e assim a ascensão do Golpe Civil-Militar. No grupo dos opositores estavam os militares, civis, liberais, autoritários, empresários, políticos, classe média e burguesia, o que de acordo com Marcos Napolitano, “todos unidos pelo anticomunismo, a doença infantil do antirreformismo dos conservadores.” (2020, p 44).

Em março de 1964, após participar de um comício oficial realizado pela esquerda, subentendeu-se que Jango estaria do lado da esquerda, e a partir disso temos uma movimentação por parte dos conservadores para a retirada do Jango do poder, um dos movimentos conhecidos é a Marcha da família com Deus pela Liberdade, que teve como objetivo a luta contra o comunismo.

A Marcha da Família com Deus pela Liberdade por muito tempo foi considerada e lembrada pelos militares como argumento de legitimação do Golpe Civil-Militar de 64. Devido ao fato que ela durou por meses após o golpe, como uma forma de expressão da insatisfação da classe média. Mas, conforme o tempo foi passando e a insatisfação com o governo militar foi aumentando, os militares deixaram de mencionar e comemorar a marcha, pois como sabemos, qualquer ato que fosse contrário ao governo era consideravelmente anulado.

Após todo esse cenário de retirada do João Goulart, temos de fato o golpe, pois há uma junção de várias classes da sociedade para que houvesse a queda de João Goulart, inclusive a Igreja foi um dos principais meios para disseminar o medo em relação ao governo que se tinha no Brasil, principalmente devido a essa questão comunista. A presença da embaixada dos Estados Unidos também facilitou para que houvesse a movimentação em relação ao golpe justamente por garantir um apoio externo, ressaltando que durante o governo do Jango, esse apoio externo, o apoio financeiro de fato foi barrado, como já citado mais acima.

É cabível citar que toda essa movimentação para a retirada do presidente tinha por trás diversos contextos, como uma expectativa de melhora para a situação financeira e as devidas crises que o país estava enfrentando, assim como dentro da classe de professores haviam aqueles que apoiavam o golpe, pois achavam que assim conquistariam mais cargos dentro das universidades (não é à toa que teremos uma reforma universitária). Assim, com os apoiadores religiosos acreditavam que o

comunismo poderia acabar com a religião e seria uma espécie de “anticristo”. Foi mediante a esse contexto que chegamos no fato de ser considerado um Golpe Civil-Militar, porque além dos militares, tivemos a participação dos civis, visto que não se esperava que o golpe seguisse do jeito que seguiu.

1.3 - A implantação da ditadura

O governo Civil-Militar se iniciou em 31 de março de 1964. Como meio de legitimar o golpe houve a criação do Ato Institucional número 1, possuindo a capacidade de regulamentar as eleições indiretas para o novo presidente, o General Castelo Branco (1964-1967), e cassou mandatos e direitos políticos dos opositores. Durante esse primeiro governo temos a criação do ato institucional número 2, em que determinava o fim do pluripartidarismo, a partir do qual temos a criação de duas agremiações⁶, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), a única oposição permitida e ARENA a agremiação do regime. Além disso, temos a criação do AI-3 em que se teve eleições indiretas para governadores com o prazo de 10 anos e a cassação de opositores e por fim o AI-4 que determinava o fechamento do Congresso. E ainda nesse governo como forma de conter a crise econômica tem a tentativa de se conter a inflação.

De 1967-1969 assumiu o governo o General Costa e Silva, momento em que o movimento estudantil passou a ter relevância e assumiu a liderança na resistência contra as ações governamentais. Nesse momento, temos ações governamentais para conter os avanços do movimento estudantil, inclusive medidas no campo educacional para tentar controlar os estudantes. Nesse momento, temos a elaboração do AI-5, em dezembro de 1968. O ato institucional marcou o acirramento da censura e a repressão, dando início aos “anos de chumbo”. Na realidade, já estavam em marcha desde 1968 quando Marighella⁷ tomou à frente a Luta Armada contra o regime Civil-Militar.

Válido ressaltar que por ser um regime Civil-Militar, o autoritarismo ganhou força. Portanto qualquer movimento que seja contra o governo vai ter uma forma bruta

⁶ O vocábulo “partido” denota fragmentações e foi interdito nas agremiações políticas.

⁷ Carlos Marighella foi um político, escritor, guerrilheiro e um dos principais organizadores da Luta Armada. Antes disso, lutou contra o governo de Getúlio Vargas em 1937 quando temos a implementação do Estado Novo, também considerado período ditatorial, além disso, foi considerado inimigo do regime civil-militar de 1964 e foi assassinado em 1969.

de se conter. Outro ponto importante é que todos os meios que der para o governo controlar vai ser controlado, portanto temos uma reforma na educação, um controle das mídias e até mesmo das escolas. Universidades, professores, em específico das matérias de humanas, sofreram uma redução da carga horária. Ocorreram mudanças na História e a retirada da Filosofia e Sociologia da base comum curricular. Por fim, temos a criação de novas matérias a serem cursadas, como a Educação Moral e Cívica e Estudos de Problemas Brasileiros - EPB.

Ainda sobre o governo, tivemos como representantes também uma junta militar em 1969, após uma doença do presidente Costa e Silva. Nesse momento, houve o decreto do AI-13, que dá permissão de banimento do território as pessoas que seriam perigosas a segurança nacional e o AI-14 que dá permissão para a pena de morte. Após a reabertura do Congresso Nacional para fazer as eleições presidenciais dentro dos quartéis temos o General Emílio Médici como sucessor, seu governo foi o que se intensificou as repressões e as censuras, no qual o Serviço Nacional de Informação, o Departamento de Ordem Interna e o Centro de Operação e Defesa Interna-DOI-CODI atuaram livremente.

Dito isso, após essa abordagem dos antecedentes ao golpe da ditadura civil-militar brasileira, é importante validar que foi nesse momento que o regime ultrapassou as próprias leis, considerando a prática regular de torturas, os desaparecimentos de presos políticos, praticando assim crimes contra os direitos humanos. Além disso, de acordo com o professor Fico (2020, p 62) "(...) houve violência desde os primeiros momentos do regime militar, mas, a partir de 1968, a ditadura montou um verdadeiro aparato de repressão política". Justamente pelo fato que foi a partir do governo de Costa e Silva que a chamada "linha dura" entra em ação, ou seja, temos o palco da repressão política.

Foi nesse momento também que tivemos o chamado "Milagre Econômico", que seria a internacionalização da economia intensificada com gastos públicos e inversões de capital externo no processo produtivo. Isso facilitaria o desenvolvimento do país, porém com a crise do petróleo em 1973 tivemos uma certa dificuldade para a balança de pagamentos (contribuindo para o aumento da inflação novamente).

Assim, o general Geisel como próximo presidente assumindo o poder com crise econômica devido à crise do petróleo. E como tentativa de conter ele coloca em prática o II Plano de Desenvolvimento, com a expectativa de melhoria da economia. Outro ponto a se mencionar que foi nesse governo que temos uma distensão política lenta,

gradual e segura, tendo uma aproximação dos caciques políticos do MDB, além disso temos proposta de organização de uma abertura executável pelo próximo presidente.

1.4 - A sociedade brasileira polarizada

Nesse aspecto, após mencionarmos sobre o contexto político, é completamente plausível ressaltarmos os aspectos culturais, sociais e educacionais daquele momento. Visaremos o aspecto educacional e nesse sentido quando Jango assumiu a presidência, pelos dados do IBGE o Brasil possuía 70.779.352 habitantes. Destes, 39,5% eram analfabetos na faixa dos 15 a 69 anos.

De acordo com a trajetória política de João Goulart disponível no CPDOC, três pontos traduzem a educação no governo Jango: sendo a discussão apaixonada com relação à escola pública; os programas de alfabetização dos adultos pelos movimentos sociais; a questão dos “excedentes”, questão essa que foi fundamental, já que todos os passos dados foram para tentar controlar essa situação, inclusive dentro do governo da ditadura. Ainda nessa perspectiva, a União Nacional dos Estudantes (UNE) participou ativamente no programa pedagógico, objetivando a conscientização política e mobilização social.

Quando mencionamos a mobilização social, logo damos margem para as manifestações sociais que foram fundamentais no contexto da ditadura militar, em que, o movimento estudantil, os movimentos dos trabalhadores, entre outros, tiveram como efeito a luta contra o governo, mesmo com uma quantidade extensa de mecanismos de repressão. Portanto, nesse momento vemos o impacto da movimentação popular em momentos que antecedem o golpe de fato, nesse aspecto, o contexto social tem grande fundamento. Em 1961, eram atuantes os Centros Populares de Cultura (CPCs) com o objetivo de levar o teatro, cinema, artes plásticas, literatura e outros bens culturais ao povo.

Além disso, um aspecto que é importantíssimo ressaltarmos é a influência do PCB (Partido Comunista Brasileiro), partido que atua no cenário brasileiro desde 1922, mas em praticamente todos os momentos estivera na ilegitimidade ou clandestinidade (no caso da ditadura civil-militar brasileira). No contexto do governo de Jango o partido esteve presente apoiando, principalmente no delineamento das reformas de base, com o intuito de conseguir que o partido fosse legalizado em algum momento no decorrer do governo Jango.

Ainda viável mencionar, que de acordo com César Figueiredo (2015, p. 161) “mesmo com toda a perseguição imposta, desempenhou um importante papel na luta pela redemocratização no Brasil”, ou seja, dentro do contexto ditatorial o partido se fez presente, mesmo na clandestinidade. Portanto, dentro do cenário político é cabível mencionarmos a atuação do Partido Comunista Brasileiro, com o incentivo e apoio ao governo João Goulart, objetivando sua legitimação e uma maior aceitação do partido dentro do contexto brasileiro.

Partindo para o aspecto educacional, segundo Moacyr de Góes (GOÉS, 2002,14), a república presidencialista de Jango conseguiu propor para a população ainda quatro elementos importantes na educação. São eles o Plano Nacional Educação (PNE), o Plano Trienal de Celso Furtado, a Comissão de Cultura Popular e por fim o Plano Nacional de Alfabetização (PNA). Todos esses planos possuíam o objetivo de conseguir abaixar o percentual de analfabetos e fazer com que até 1970 houvesse a alfabetização de todas as crianças, adolescentes e jovens. Marcos Napolitano (2020, p.20) nos diz:

As campanhas de alfabetização de adultos calcadas no método Paulo Freire, que propunham uma alfabetização conscientizada, e não meramente tecnicista, mobilizavam vários setores da esquerda, desde 1961, com a criação do Movimento de Educação de Base que tinha apoio da Igreja Católica. Todos esses movimentos são tributários do clima de utopia e debate propiciado pela agenda reformista do governo Jango não como meros reflexos da política na cultura, mas como tentativa de tradução estética e cultural das equações políticas (NAPOLITANO, 2020, p 20).

Além disso, nos anos 60 a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) passou a ser debatida em diversos âmbitos no Congresso Nacional, nos órgãos educacionais, sindicais, estudantis, na imprensa e nos comícios da campanha eleitoral. Essa lei seria responsável pelos direcionamentos das instituições públicas e privadas. Por se tratar de um elemento que seria responsável pelas diretrizes educacionais, o debate foi extenso, principalmente entre aqueles que defendiam o ensino privado e os educadores que defendiam a escola pública, gratuita e laica.

Nesse sentido, havia a percepção de que a sociedade brasileira estava empenhada em conseguir uma solução, em todos os âmbitos que possuía uma crise. Vimos a questão ideológica no âmbito da política, a qual foi um fator essencial para a queda do presidente João Goulart, sobretudo também de extrema importância no âmbito educacional. Válido ressaltar que a escola, utilizando um vocabulário althusseriano, é o aparelho ideológico por excelência (DOMINGOS E GELB, 2014). Portanto, os fatores ideológicos se mantêm.

Partindo para o âmbito social, o governo Jango se deu em momento de agitação popular devido as crises. Cabia, assim, a oportunidade de uma intensificação na demanda de exigências sociais. Nesse aspecto, os movimentos sociais ganham foco. Cabível mencionar nesse momento, por ser um governo repleto de instabilidade e oposição, jornalistas e as organizações dos movimentos iam reivindicar contra aquilo que eles achavam que não seria viável para a sociedade, e toda essa movimentação era permitido, já que faz parte de uma instituição democrática.

Já no âmbito da ditadura civil-militar, qualquer manifestação que fosse contra o governo era censurada, poderia ser por meio musical, por meio de movimentos sociais, seja o operário, o estudantil, ou qualquer outro movimento. Acima foi mencionado sobre a censura do Leonel Brizola ao ir às rádios pedindo que Jango tomasse posse da presidência. De acordo com Carlos Fico (2014, p.20):

O ministro da Guerra, Odílio Denis, havia determinado que a Rádio Gaúcha e a Rádio Farroupilha interrompessem suas transmissões, mas Brizola requisitou à Rádio Guaíba e a transformou em emissora oficial do governo do Rio Grande do Sul, instalando-a no próprio Palácio Piratini, sede do governo estadual. Dezenas de emissoras passaram a retransmiti-la em todo o Brasil. Surgiram boatos de que o Palácio seria bombardeado e a tensão aumentou quando se soube que o comandante do III Exército, general Machado Lopes, para lá se dirigia. (FICO, 2014, p. 20)

Entretanto, essa censura não chegou perto do que aconteceu durante o regime civil-militar. O regime ditatorial promoveu uma movimentação para a formulação de aparatos que mecanizasse os sistemas repressivos. Quando mencionamos sobre tais sistemas repressivos é cabível citarmos que houve dentro da ditadura uma certa divisão, em que alguns governos foram denominados como “linha dura”, ou seja, foi o momento que a censura e a violência ganharam maior evidência. A questão dos movimentos sociais fora bastante controlada. Isso começou em 1964, mas se intensificou em 1968, segundo Fico (2020, p. 62):

Como vimos, a ditadura militar brasileira foi muito violenta desde os primeiros momentos após o golpe de 1964. Entretanto, a partir de 1968, essa violência se ampliou muito com a instituição de aparatos institucionalizados de repressão que criaram um sistema nacional de espionagem, uma polícia política, além de um tribunal de exceção para o julgamento de pessoas supostamente implicadas em corrupção. Nesse sentido, é possível distinguir violência de repressão política: houve violência desde os primeiros momentos do regime militar, mas, a partir de 1968, a ditadura montou um verdadeiro aparato de repressão política. (FICO, 2020, p.62)

Foi nesse momento que o movimento estudantil obteve impacto maior, pois era a condição que se tinha para ser oposição ao governo. Ainda de acordo com o professor Fico (2020, p.63):

Este foi um ano marcante na história recente do Brasil, sendo surpreendente a série de eventos chocantes que aconteceu: assassinatos de estudantes pela repressão, assassinatos de militares estrangeiros pela esquerda, prisão do ex-presidente da República Jânio Quadros, ataques a espetáculos teatrais com sequestro e espancamento de artistas, entre outros. (FICO, 2020, p. 63)

Em suma, no governo de Costa e Silva foi o momento em que se iniciou de fato a violência institucionalizada. Com a criação do Ato Institucional número 5, o Estado brasileiro passou a “patrocinar” tais mecanismos de repressão regular (tortura, vigilância, censura, prisões ilegais e desaparecimento). O movimento estudantil teve um papel de extrema importância para evidenciar tais acontecimentos e tentar combater a ditadura.

Dois acontecimentos desse momento foram marcantes para o aspecto de movimentação social: a morte do estudante Edson Luís e a Passeata dos Cem Mil. A morte do estudante se deu através de uma reunião que os estudantes estavam fazendo protestos devido ao mau funcionamento do restaurante estudantil, o Calabouço, no Rio de Janeiro. Como forma de conter a reunião que resultaria em uma passeata, a polícia militar interveio provocando assim a morte do jovem Edson Luís.

O fato provocou uma onda de protestos pelo Brasil a fora, visto que naquele momento a imprensa ainda não possuía uma censura tão rigorosa, podendo assim noticiar sobre o acontecimento. É evidente que esses protestos foram reprimidos, devido a ação do governo, e finalizando esse acontecimento durante a missa de sétimo dia do estudante, a polícia montada atacou as pessoas que estavam saindo da igreja, se transformando em uma batalha campal entre estudantes e policiais.

A passeata dos Cem Mil aconteceu em junho de 1968 e foi considerada a maior manifestação de protesto contra a ditadura desde 1964. Foi a junção de várias faces da sociedade que eram contra as ações e medidas do governo. É evidente que tentaram suprimir as medidas, principalmente dentro das universidades, em que os estudantes eram proibidos de se encontrar ou qualquer tentativa de saírem às ruas, porém, naquele momento conseguiu-se ir às ruas pedir que a ditadura acabasse. O acordo MEC-USAID deveria ser suspenso, dentre outras solicitações como a reabertura do restaurante Calabouço, mais verbas para as universidades, libertação dos estudantes presos e o fim da censura. De fato, nenhuma reivindicação foi aceita. Nessa perspectiva de proibição dos estudantes de se movimentarem, Carlos Fico nos diz (2020, p. 64):

Os estudantes adotaram estratégias inteligentes de enfrentamento da polícia, dispersando-se em pequenos grupos: quando uma manifestação era

reprimida durante uma passeata, outra logo se formava nas proximidades, confundindo os policiais. (FICO, 2020, p.64)

Além disso, nos é dito pelo professor Marcos Napolitano (2020, p. 90) que:

Em julho as passeatas foram expressamente proibidas pelo Governo Federal. O aumento da repressão, cujo exemplo maior foi a violenta ocupação militar na Universidade de Brasília no final de agosto, fez com que os estudantes se concentraram na reorganização das suas entidades, a começar pela União Nacional dos Estudantes. Algumas correntes de esquerda passaram a defender a luta armada, o que também ajudou a refluir os esforços para grandes manifestações de rua. (NAPOLITANO, 2020, p. 90)

Mediante ao que foi exposto, chegamos a síntese do contexto pela qual a universidade passou a ser um foco governamental e os estudantes passaram a ser fonte de resistência. Como as manifestações estavam proibidas, os atos dos estudantes deveriam ser feitos na clandestinidade e é nesse momento que temos o problema das vigilâncias, em que os professores passaram a ser monitorados, assim como todo o corpo educacional. A justificativa era de que ações subversivas, ou seja, que fossem contra o governo deveriam ser reprimidas e assim acabadas, pois isso seria um perigo para a segurança nacional.

Em suma, é importante ressaltar os aspectos culturais, ideológicos, educacionais do governo derrubado e da ditadura de fato. Quisemos mostrar o aparato para a compreensão de como a educação passou a ser um mecanismo de controle social. Conseguimos interpretar que as ações do golpe começaram com a influência da bipolarização mundial. O contexto histórico daquele momento, como já mencionado, estava em função da Guerra Fria e o embate do comunismo e do capitalismo.

Devemos esclarecer sobre o governo Jango, que o caráter do governo Goulart não foi comunista, sendo melhor caracterizado como nacional-desenvolvimentista, tentando associar a política brasileira à política econômica proposta pela Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL). A exemplo disso, podemos citar o documentário de Sílvio Tender intitulado como “Jango”, no qual conta sua trajetória política, mencionando que ele era um presidente rico em um país pobre, além de tentar colocar o país em uma posição amigável. Por isso diziam que ele estava alinhado à China comunista, quando na verdade era uma política nacional-desenvolvimentista.

Além disso, outro ponto importante é a influência dos Estados Unidos, que além de estar na política, estava diretamente presente na educação com os acordos MEC-USAID. Isso forneceu a brecha para as devidas mudanças educacionais que

ocorreram nesse período. Em resumo, a política brasileira esteve alinhada ao medo do comunismo em ascensão e, assim, no âmbito educacional, também estava alinhado ao mesmo medo.

2 - História da educação brasileira

Neste capítulo trataremos brevemente sobre os caminhos percorridos pela educação brasileira até o período estudado como foco, o da ditadura civil-militar. Evidenciamos os desdobramentos para o acontecimento da reforma universitária de 1969, conversando com o primeiro capítulo, no qual expressou as questões políticas e sociais desse momento, além de evidenciar o contexto da Educação Moral e Cívica e Estudos dos Problemas Brasileiros. Portanto nesse capítulo serão expressas as questões educacionais, ressaltando ainda o caráter elitista e excludente da formação da educação brasileira.

2.1 - A organização da educação escolar

A história da educação se iniciou com a vinda dos jesuítas para o Brasil, em 1549, em que seu principal objetivo era catequizar os índios, ou seja, fazer com que eles tivessem o catolicismo como religião principal. As escolas de fato eram para aqueles que conseguiam manter o alto padrão da estrutura que se tinha para o ambiente escolar e o conteúdo a ser estudado era sobre a língua portuguesa.

Outro aspecto daquele momento é o fato de que só os homens iam para as escolas, as mulheres permaneciam em casa, fruto de uma sociedade patriarcal repleta de preconceitos e descuidados. Em suma, naquele momento para os índios se tinha a catequização, para os da alta classe se tinha o ambiente escolar e para aqueles que eram filhos de portugueses ou descendentes de europeus a opção era frequentar as aulas dos jesuítas, mas com um conteúdo mais aprofundado de outras matérias.

Seguindo, a educação só foi sofrer algumas alterações a partir da reforma proposta por Marquês de Pombal, em 1759, que determinava o fechamento das escolas jesuítas e efetivando assim as aulas régias mantidas pela coroa. “A educação jesuítica, não era oportuna para os interesses comerciais da Coroa, pois a Companhia de Jesus tinha objetivo servir os interesses da fé, e Pombal passa a organizar a escola para servir aos interesses do Estado” (SILVA; NETO; RODRIGUES, 2018, p. 637).

Diante disso, a partir da conjuntura que a educação passou a ser vista como além da propagação de uma catequização, mas também para suprir os interesses que se tinha a Coroa, contudo naquele momento o ideal era seguir as transformações sociais.

Em âmbito geral, a partir dessa primeira reforma a educação brasileira passou a ser um ponto questionado diante do contexto social. Com a primeira crise do modelo agrário-exportador em 1808-1850 temos um contexto educacional e assim sucessivamente, a cada crise ou ação governamental a educação passou a ter novas referências.

Ainda fazendo um aparato geral quando Pombal propõe sua reforma, os índios foram deixados de lado, já que houve a desestruturação das escolas jesuíticas. Mas, ainda nessa condição temos o surgimento do professor como uma figura principal na educação, e ainda uma aparição das escolas (mesmo com todas as problemáticas para se estruturar a educação novamente). Ainda sem conseguir uma estruturação, a reforma não conseguia alcançar um todo, enquanto as escolas jesuíticas conseguiram.

A educação só passou a ser de fato considerada e planejada com investimentos públicos quando a família real chegou ao Brasil em 1808. Inclusive temos a criação das universidades nesse momento, mas só os filhos de aristocratas e da nobreza que conseguiam frequentar esses ambientes. Conseguimos analisar que a educação foi pensada e estruturada dentro de um ambiente elitista e bastante excludente.

Mesmo que tivessem ocorridos esses investimentos, a preocupação com a educação possuindo assim escolas públicas, os investimentos não eram tão grandes. Eram raros os professores de qualidade e espaços físicos adequados ou materiais apropriados. Isso afetou várias classes da sociedade que dependiam dessas condições, mas os filhos de famílias ricas podiam ainda ir para o exterior terminar seus estudos.

As meninas conseguiram estudar em um ambiente escolar a partir do século XIX, devido a primeira lei sobre educação sancionada. Ainda no século XIX conseguimos perceber a dualidade do sistema educacional, em que as escolas mantidas pelo governo federal eram consideradas boas e com uma boa infraestrutura voltadas para a elite e as escolas mantidas pelo governo estadual com uma infraestrutura pouco benéfica ficava para os mais pobres. Somente em 1920, já no século XX que o movimento Escola Nova veio com o objetivo de tornar o ambiente escolar mais inclusivo, basicamente é a partir desse movimento que temos de fato um debate amplo sobre a educação.

Foi a partir do Governo de Getúlio Vargas que aconteceu uma discussão mais densa sobre a criação de um sistema organizado de ensino global, lembrando que é nesse momento que temos a industrialização fortalecida no sistema econômico brasileiro. Então a educação proposta era em torno de formar alunos preparados para o sistema industrial. Um órgão importante que foi criado nesse momento foi o Ministério da Educação, pois assim seria mais fácil de trazer a discussão da educação para as reformas.

Em termos gerais, podemos chegar à conclusão que após a reforma pombalina mencionada obtivemos a ascensão do contexto escolar, obviamente seguindo os padrões de cada momento histórico, até caminharmos para os direcionamentos no qual estudaremos. Em cada fase que o Brasil passou, sendo colônia possuiu um modelo educacional, sendo monarquia e sendo república também, aos poucos a preocupação de uma escola pública e obrigatória foi se tornando algo do Estado, seja para manter ou para implementar uma nova estrutura.

2.2 - Educação e autoritarismo

Quando mencionamos o fato de que a educação passou a ser uma preocupação para o Estado, precisamos mencionar sobre o Estado Autoritário Brasileiro. Sabe-se que em 1930, com o início da Era Vargas, tivemos a ascensão da educação, assim como temos o início de uma ditadura, após a queda de Vargas temos a abertura para a democracia, e só fomos retomar uma ditadura em 1964. Diante disso, de acordo com José Germano (2008, p.2):

O instrumento clássico de justificação de regimes políticos, notadamente daqueles de cunho autoritário e ditatorial, é a ideologia. Daí a necessidade de formação das almas, sobretudo através da educação, tendo o Exército como educador do povo, conforme desejava o general Góes Monteiro, chefe do Estado Maior do Exército, durante o Estado Novo (1937-1945). Este, portanto, é o significado do discurso sobre a educação: formar almas, mediante a educação cívica do povo, tendo em vista a consolidação do espírito nacional, para alcançar o desenvolvimento econômico e a grandeza do país (Carvalho, 2005) (GERMANO, 2008, p. 2)

Portanto, o viés desses tipos de governo é basicamente a formação de alunos voltados para a ideologia que eles consideram ideal para o desenvolvimento do país. Ainda segundo Germano (2008, p.3)

[...]. Por se tratar de um regime ditatorial, é bem verdade que o discurso se degenerou em mera propaganda, no sentido assinalado por Arendt (1978), uma vez que o princípio da alteridade foi praticamente banido pelos militares

no governo, inviabilizando a existência do pluralismo e do diálogo político. Afinal, trata-se de um regime da ordem, que impunha o silêncio aos seus opositores. (GERMANO, 2008, p.3)

Diante disso, o contexto ditatorial não prioriza a pluralidade, em que o “correto” é definido pelo estado e nessa condição a educação vem para ser algo que viabilize e traga uma legalidade para tal discurso. Referimos ao período após o golpe de 1964, podemos ressaltar o que os autores Gelb e Domingos (2014, p. 39) cita sobre a observação de Gramsci de que a partir dos elementos culturais e educacionais era possível traçar ações políticas a fim de criar e sustentar o controle hegemônico do grupo social dominante. Os autores ainda deixam evidenciado que:

No processo de criação e reprodução dessa hegemonia cultural, ou seja, na obtenção do consenso das classes sociais subordinadas, o sistema de educação público desempenha papel fundamental. É no ambiente escolar que vão se reproduzir e disseminar os valores morais e os padrões comportamentais que servem aos grupos dirigentes e que mantêm seu controle sobre o conjunto da sociedade. (GELB; DOMINGOS, 2014, p.39)

Caminhando dentro do discurso político sobre a educação em 1964 é cabível mencionar que cada professor e cada especialista da educação passou a ser visto, pelos militares, como inimigo em potencial, que deveria ser mantido sob estreito controle e rigorosa vigilância (VARGAS; SANTOS, 2012, p.2). É diante dessa condição que os militares passam a adotar medidas dentro do campo educacional para controlar aqueles que eram contra e evidenciar ainda mais a ideologia a ser seguida.

Partindo desse pressuposto, vamos nos referir ao 8º período do contexto educacional situado pela autora Maria Luisa Santos Ribeiro em sua obra sobre a educação brasileira (RIBEIRO, 1992), sendo ele o período de 1955 a 1968 – Crise do modelo nacional-desenvolvimentista de industrialização e implantação do modelo “associado” de desenvolvimento econômico.

Nesse capítulo mencionado, a autora fez uma contextualização desse período, contando a trajetória política de todas as figuras importantes desse momento, partindo para o âmbito educacional nos é apresentado algumas tabelas e números, mas o que é mencionado e é viável comentarmos é que:

O que se conclui após a análise numérica é que o aumento percentual nos recursos financeiros dedicados à educação pela União e pelos estados possibilitou apenas uma significativa ampliação da rede escolar. Como vem ocorrendo, não chegou a ser suficiente para a superação da seletividade ainda intensa que caracteriza a escola brasileira. (...). Ao destacar esta insuficiência, seria interessante assinalar, também, que os percentuais de despesas com o ensino nunca chegaram a atingir aqueles determinados pelas Constituições (1934, art. 156 e 1946, art. 169) (RIBEIRO, 1992, p. 144)

Ou seja, os caminhos percorridos pela educação passaram a ser caminhos seletivos, excludentes e com um teor basicamente elitista. Já que estamos nos situando sobre o governo militar de 1964, segundo Germano (2008, p.5):

Na área da educação, além da caça às bruxas nas universidades, repressão maior, talvez, tenha recaído sobre os movimentos de educação e cultura popular. Aqui não sobrou pedra sobre pedra, tal a repressão sobre esses movimentos e seus integrantes. Escolas foram fechadas, bibliotecas foram destruídas, professores processados e presos (...). Os movimentos de educação popular se inseriam na perspectiva de democratização na sociedade. (GERMANO, 2008, p.5)

Como vimos, durante o governo Jango, em 1961 os Centros Populares de Cultura (CPC) possuíam o objetivo de levar teatro, cinema, artes plásticas, literatura e outros bens culturais ao povo, demonstrando assim os aspectos democráticos dentro do espaço social. Portanto, diante do regime militar quando os movimentos de educação popular se inseriam na perspectiva de democratização na sociedade a estratégia era reprimir esses movimentos democratizantes, além de iniciativas baseadas na doutrina de segurança nacional, cultuando a ordem e a moral. Como mencionado por Germano (2008, p.5):

Isso pode ser observado, por exemplo, no ensino de Educação Moral e Cívica ministrado em todos os níveis, inclusive na pós-graduação, conforme Decreto-Lei nº 869/1969, assinado pela Junta Militar, no apogeu do regime e da hegemonia da linha dura no comando do governo. (GERMANO, 2008, p.5)

Diante desse contexto, é cabível mencionarmos sobre a implementação das disciplinas Educação Moral e Cívica (EMC), Organização Social e Política do Brasil (OSPB) na matriz curricular do ensino básico e Estudos Problemas Brasileiros (EPB) na matriz curricular do ensino superior. Essas disciplinas foram adotadas no ensino básico para substituir as matérias de Filosofia e Sociologia a partir de um Decreto-Lei 869/68, e em geral possuíam o objetivo de exaltar a ideologia do regime civil-militar evidenciando o nacionalismo e o civismo nos alunos. De acordo com os autores Vargas e Santos (2012, p.7):

Com a obrigatoriedade das disciplinas EMC e OSPB, os estabelecimentos de ensino são levados a diminuir a carga horária das disciplinas História e Geografia e a apressar a retirada dos currículos de segundo grau das disciplinas Sociologia e Filosofia, a fim de cumprir o programa fixado pelo Conselho Federal de Educação. (VARGAS; SANTOS, 2012, p. 7)

Cabível mencionar que as disciplinas EMC e OSPB já havia discussão sobre a implementação no ensino, desde o Brasil Imperial, principalmente pela questão de trazer o nacionalismo para o berço brasileiro, além de se ter uma sociedade civilizada aos olhos daqueles que governava o país. Sua implementação se iniciou em 1961

com a lei nº 4024 de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), mas sua obrigatoriedade foi a partir do regime, justamente para conseguir manter a hegemonia do Estado. Segundo Dermeval Saviani (2012, p. 88) toda prática educativa contém inevitavelmente uma dimensão política, pontuando exatamente o que condiz com as ações governamentais desse período para manter tal ideologia.

Diante de todo o exposto, ao que diz respeito de uma educação autoritária conseguimos concluir que toda a movimentação é relacionada ao fato de se manter a ideologia defendida por tal governo. As pretensões do Estado visam a hegemonia e o controle de todo um contexto, a respeito disso temos o combate as manifestações e movimentações feitas por aqueles que iam contra ao que o governo defendia, como já mencionado anteriormente. O ponto de contradição é que as ações são realizadas para que se acabe uma ideologia, no qual os governantes não concordam, contudo eles implementam uma outra ideologia. Ou seja, a situação não é para deixar a sociedade “neutra”, mas sim de acordo com a ideologia que julgam ser mais coerente.

A respeito do governo militar de 64, pontua-se algumas reformas, a parceria entre o MEC-USAID⁸ e o fato da educação ser envolvida nos moldes tecnicistas, em virtude da proposta de aceleração do desenvolvimento e da industrialização (podemos perceber isso tanto na ascensão do Estado Novo em 1930 quanto em 1964 com o início do Regime Civil-Militar). Sobretudo, além desses fatos, é compreensível interpretarmos que as atitudes perante a educação estão envolvidas à uma educação pública, em que atinge uma quantidade maior de pessoas.

2.3 - Reforma Educacional de 1967

Durante a vigência do governo ditatorial Civil-Militar, a educação sofreu grandes mudanças. Nos primeiros anos, os presidentes militares Castelo Branco e depois Costa e Silva estabeleceram uma espécie de parceria, efetivando doze acordos através do MEC com United States International for Development (USAID). Válido ressaltar que de acordo com a autora Fabiana Pina (2011, p. 78), essa “parceria” foi alicerçada com o governo de Jânio Quadros, com os seus mecanismos para desenvolver a educação e o país. O objetivo central era o aumento da taxa de escolarização, a eliminação do analfabetismo e a distribuição de bolsas de estudos

⁸ Considerada uma agência de desenvolvimento do mundo e um catalisador que impulsiona o desenvolvimento, promovendo a segurança nacional e a prosperidade econômica dos EUA.

para alunos pobres, construindo assim uma educação voltada para a formação de mão de obra técnica e profissional.

Conseguimos perceber que tais acordos estavam relacionados com o fato de que a educação seria o meio para o desenvolvimento econômico, naquela perspectiva de uma educação tecnicista condizendo com a crescente industrialização e assim valorizando o capital estrangeiro. No primeiro capítulo mencionamos sobre o fato dos EUA intervir nas políticas brasileiras e no caso da educação também não foi diferente, desde 1940 já eram estabelecidos acordos entre o Brasil e os Estados Unidos.

Mas nesse momento da constituição de 1967, obtivemos a eliminação da exigência de um gasto mínimo com a educação. Portanto tem-se a queda no investimento em educação e uma desvalorização ao lado da ascensão do ensino técnico. Além disso, nota-se a ascensão da ênfase na privatização do ensino, em que passa a surgir instituições de ensino de todos os graus privadas e com isso temos um incentivo governamental para tal ação, assim nos é permitido interpretar esses incentivos a partir do § 2º do artigo 168 que diz: “Respeitadas as disposições legais, o ensino é livre à Iniciativa particular, a qual merecerá o amparo técnico e financeiro dos Poderes Públicos, inclusive bolsas de estudo”. Ainda segundo Germano (1993, p 123-4):

(...). Constava no relatório da Equipe de Assessoria e Planejamento do Ensino Superior (EAPES) a defesa da gratuidade do ensino público apenas no tocante ao primário, conforme explicitava a constituição de 1967. Nos níveis secundários e superior, o ensino público deveria ser gratuito apenas para aqueles que provassem falta de recurso. (GERMANO, 1993, p. 123-4)

Continuando, no artigo 168, temos no § 3º número III, afirmando que o Poder Público poderá retirar o sistema de gratuidade pela concessão de bolsas de estudo, para que no futuro a pessoa possa retornar esse dinheiro ao governo, evidenciando ainda essa nova estrutura educacional. Conseguimos perceber a partir dos pronunciamentos do presidente Costa e Silva, em março de 1967, que é defendida uma educação com intuito de desenvolvimento nacional. Nesse aspecto, a afirmação de que o governo garantiria a educação para todos, tendo como campanha a erradicação do analfabetismo e investimento em escolas que fossem propícias para o ensino técnico. Entretanto, mesmo com todos os pronunciamentos, sabemos que o Brasil passava por um momento de crise política. Com essas ações se visava ter um ensino privado, ações voltadas para a educação daqueles que conseguiam se manter pagando do próprio bolso.

Conseguimos perceber os cortes à educação de um modo geral, a partir de um pronunciamento do presidente acerca da questão dos excedentes. Aconteceu em setembro de 1967, na prestação de contas do 1º semestre de governo:

Minoramos a questão crônica dos excedentes do ensino superior e partimos já para a execução maciça de um Plano Nacional de Alfabetização, destinado a apagar, em alguns anos, uma das nódoas que maculam a nossa civilização. (Costa e Silva, setembro de 1967)

Mediante a isso, conseguimos ainda analisar que há uma vinculação da educação pública aos interesses e necessidades do mercado, visto que ao focar em um ensino tecnicista e em um plano de alfabetização, está atendendo às necessidades vindas da crescente industrialização no país, fruto dessa política desenvolvimentista que o governo Civil-Militar pretendia ter. Além disso, temos a organização de reformas educacionais. Como diz Bauman, “a história da educação conheceu muitos momentos críticos nos quais ficava evidente que premissas e estratégias já testadas e aparentemente confiáveis não davam mais conta da realidade e exigiam revisões e reformas” (BAUMAN, 2010, p. 35). Além disso, ainda de acordo com Pina (2011, p. 79):

Assim foi inevitável concluir que as reformas de 1964 visavam uma maior adequação do sistema educativo do modelo de desenvolvimento adotado, o que, como já citamos anteriormente, não poderia ser diferente, já que os governantes agem, em relação à sociedade, de acordo com os objetivos que almejam atingir e, da mesma forma como se organiza o poder, organiza-se o ensino, pois este também faz parte da sociedade. (PINA, 2011, p. 79)

2.4 - A universidade dentro do contexto das reformas

A influência dos acordos MEC-USAID dentro das universidades foi de extrema relevância. Os projetos da agência USAID já estavam rodeando no ensino brasileiro dez anos antes do golpe, e até mesmo antes esses projetos possuíam adversários, sendo eles alguns governadores e funcionários do MEC. Ou seja, não era algo que possuía muita importância dentro do sistema educacional, contudo, a partir de 1964 o governo federal permitiu de fato a permanência desses acordos formais (MOTTA, 2014).

Segundo o professor Rodrigo Motta, o propósito desses acordos era planejar mudanças a serem implementadas na educação superior, melhorando assim seus fundamentos. Assim como:

Havia também projeto para a melhoria dos cursos de licenciatura oferecidos nas faculdades de filosofia, que tinham o papel estratégico de formar professores para o ensino básico, e outro para apoiar a educação industrial

ou vocacional, dirigindo-se aos cursos técnicos dedicados a formar mão de obra para indústria. (MOTTA, 2014, p. 120)

É evidente que essa proposta mencionada no projeto causou críticas e contestação no ambiente universitário e nos meios intelectuais. Ainda de acordo com Motta “os projetos relacionados às universidades (...), por buscar propor um novo modelo universitário para o país, foi encarado como insidioso plano de controlar, privatizar e desnacionalizar o ensino superior” (MOTTA, 2014, p. 120). Foi nesse momento que o movimento estudantil entrou em cena, já que os estudantes não concordavam com tais mudanças. O fato é que tais movimentações/manifestações não eram bem vistas pelos embaixadores estadunidenses. Segundo Motta:

Grosso modo preocupavam-se com a imagem internacional do Brasil, pois, como aliado do governo autoritário, os Estados Unidos ficariam em situação constrangedora no caso de “excessos” repressivos (...). Notícias da repressão no meio universitário interessavam em particular, dada a capacidade de alguns membros da comunidade acadêmica de obter apoio internacional e, com isso, dar publicidade no exterior à situação política do país. (MOTTA, 2014, p. 123)

Ou seja, a ação de tentar modernizar as universidades brasileiras através desses acordos, estava inteiramente ligado com a tentativa dos EUA se inserir no meio educacional e político do Brasil, além de estar relacionado com a boa imagem dos EUA perante o mundo. Então, o necessário era agir contra os subversivos de uma maneira repressiva, mas tomando cuidado para não “passar do ponto”. Inclusive, o financiamento do USAID era sistematicamente seletivo e um grande exemplo foi quando o reitor da Universidade de Brasília (UNB), Darcy Ribeiro, passou o orçamento para investimento na Universidade, mas foi cortado e não obteve retorno da embaixada estadunidense. O motivo foi que a UnB era considerada um lugar repleto de subversivos e comunistas. O exemplo da UNB seguiu durante o regime, pois o campus foi invadido algumas vezes pelos agentes do governo.

Com essa proposta de modernização, vem junto a ideia de reformar o ensino universitário brasileiro, pois assim estaria coerente com as ideologias do governo e com as transformações sociais, como já mencionado a industrialização estava em ascensão. Portanto, a agência USAID era considerada como principal elemento para a implementação da reforma de fato. Em um contexto geral, a educação passou por alterações e a universidade, por estar atrelada significativamente aos acordos MEC-USAID, sofrera também.

É evidente que uma das reformas iniciadas pelo governo se dá pela Lei da Reforma Universitária em 1968, em que sua regulamentação se deu em 1969, a partir da Lei 5540/68. A estrutura da universidade foi definitivamente modificada, segundo Saviani (2008, p 291-312):

O ensino estava estruturado sobre a base da identidade entre curso e departamento, já que este se definia pela reunião dos professores que ministravam as disciplinas de determinado curso. Assim, os departamentos da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, por exemplo, tinham os nomes dos cursos correspondentes como Filosofia, História, Geografia, Matemática, Física, Química, Psicologia, Ciências Sociais, Letras, Pedagogia, e assim por diante. Cada um desses departamentos era composto pelos professores que lecionavam no curso respectivo". (Saviani, 2008, p 291-312)

A partir da reforma, os cursos foram separados dos departamentos, com a alegação de que como a universidade se pautava na pesquisa, na ciência, deveria assim reunir apenas os especialistas das mesmas áreas, na qual em teoria estaria ligado os professores interessados na mesma área de conhecimento. É importante mencionar que “reitores foram demitidos, professores foram afastados, bibliotecas foram expurgadas” (CUNHA, 2007, p. 23). Tudo isso feito para que dentro das universidades ficassem apenas aqueles que apoiavam o sistema.

Essencialmente plausível ressaltar que a partir da parceria entre MEC-USAID, houve uma exaltação das ciências exatas como único conhecimento válido, e ainda é citado que como fórmula para “limitar” as ciências humanas, extraiu-se o principal objetivo através do engessamento do censo crítico e do desenvolvimento da relação professor – aluno. Fazendo menção as ideias de Gramsci e de Althusser, temos a utilização da educação e da escola como aparelho ideológico de Estado e como mecanismo de obtenção de consenso, dentro de uma estratégia de controle hegemônico (GELB; DOMINGOS, 2014, p. 36).

O movimento estudantil como mencionado, desde o primeiro capítulo, teve influência grande na luta contra a modernização proposta. De fato, com o investimento dos acordos MEC-USAID, as universidades teriam outro patamar. Entretanto, com suas adversidades, havia a defensoria de um ensino privado, de um ensino técnico, o que não condizia com a realidade brasileira. Os estudantes foram à luta e é óbvio que havia repressão, como já comentamos no decorrer do trabalho. Um dos exemplos de ação estudantil foi o que Luiz Cunha (2007, p. 214) nos diz sobre a cartilha impressa pela Comissão de Recepção de Calouros do Centro Acadêmico do curso Ciências Econômicas e Administrativas da USP:

A luta principal do movimento estudantil no momento tem sido contra o acordo MEC-USAID, que pretende elaborar a Reforma Universitária. Baseado no relatório Atcon, feito pelo professor Rudolph Atcon a serviço da agência interamericana – USAID – sobre o ensino na América Latina. O relatório, a partir de críticas (a todos evidentes) do ensino brasileiro, propõe soluções deslocadas da nossa realidade. O Brasil é um dos países que destina menos verbas para a educação no seu orçamento; e o prof. Atcon apresenta a medida de eliminação do ensino gratuito, transformação das universidades em fundações. Sem falar na mentalidade capitalista, tecnicista que pretende impor aos cursos, transformando a universidade num apêndice das organizações industriais. (CUNHA, 2007, p. 214)

Além de ainda mencionar na mesma cartilha o fato de muitos brasileiros não conseguirem ir às escolas, mesmo quando a proposta era de uma educação gratuita. Estava evidente que havia uma posição de privilégios daqueles que possuíam mais renda. Diante disso, conseguimos perceber as ações dos estudantes, seja por meio de protestos, por meio de movimentações ou por meio de cartilhas aos calouros, justamente para trazer o conhecimento do que passa no ambiente acadêmico.

Em virtude desse contexto, o motivo de se ter separado as turmas, de se infiltrar dentro das aulas, de reprimir os movimentos estudantis, de valorizar as ciências exatas, permitindo o “engessamento” do censo crítico ao desvalorizar as ciências humanas, é justamente para se manter a hegemonia do regime ditatorial. Basicamente segundo Motta:

No eixo conservador, o regime militar combateu e censurou as ideias de esquerda e tudo mais que achasse perigoso e desviante – e, naturalmente, os defensores dessas ideias – ; controlou e subjugou o movimento estudantil; criou as ASI (Assessorias de Segurança e Informação) para vigiar a comunidade universitária; censurou a pesquisa, assim como a publicação e circulação de livros; e tentou inculcar valores tradicionais por meio de técnicas de propaganda, da criação de disciplinas dedicadas ao ensino de moral e civismo e de iniciativas como o Projeto Rondon. (MOTTA, 2014, p. 4)

Um dos mecanismos realizados foi por meio do Decreto-Lei 477, em que se previa uma infração disciplinar para o professor, aluno, funcionário ou empregado das instituições de ensino superior, que por algum motivo praticasse atos destinados a manifestações ou passeatas contra o governo, ou espalhasse materiais de cunho “subversivo”. A cartilha dada aos calouros na USP, já mencionada acima, era um exemplo desse tipo de material subversivo. Em suma, era passível de punição aqueles que agissem de uma maneira considerada contrária ao governo. Algumas punições conforme foram descritas no Decreto:

I- Se se tratar de membro do corpo docente, funcionário ou empregado de estabelecimento de ensino com pena de demissão ou dispensa, e a proibição de ser nomeado, admitido ou contratado por qualquer outro da mesma natureza, pelo prazo de cinco (5) anos;

II- Se se tratar de aluno, com a pena de desligamento, e a proibição de se matricular em qualquer outro, estabelecimento de ensino pelo prazo de três (3) anos. (Decreto-Lei nº 477, 1969)

Além de outras punições que não estão aqui mencionadas, mas que fazem menção a cada situação possível, como no caso de bolsistas ou estrangeiros. Em resumo, podemos concluir de tais situações tanto a implementação da Reforma Universitária como principal agente da modernização quanto o Decreto-Lei 477 como principal agente do controle da hegemonia popular, é que a pretensão governamental era manter a ideologia de Segurança Nacional, que eles achavam ser mais coerentes para o país. Colocando assim a ideologia “comunista” como principal alvo a ser combatido.

Mediante ao exposto, conclui-se que a partir de 1967 com a Constituição e seus respectivos desdobramentos através das reformas e dos acordos entre o MEC-USAID, a educação brasileira passou a sofrer mudanças, em que conseguimos interpretar como uma política educacional condizente com a sua ideologia. Como foi dito por *Ciro Filho* (1985, p. 92):

Nunca poderemos viver de forma límpida, transparente, absolutamente coerente, vendo o mundo exatamente como ele é. De qualquer forma, sempre o estaremos vendo segundo a orientação mais ou menos viciada da realidade. (*Filho*, 1985, p 92).

Diante disso, podemos enfatizar ainda segundo *Rodrigo Motta* que:

O foco nas instituições de ensino superior nos oferece a oportunidade de observar a atuação dos militares e seus aliados civis em área estratégica e de grande repercussão. Nas universidades, os paradoxos e as ambiguidades do regime militar se manifestaram plenamente, revelando a complexidade dessa experiência autoritária. De fato, o regime político construído a partir de 1964 teve dupla dimensão: ele foi, simultaneamente, destrutivo e reformador, e, nunca é demais ressaltar, o seu impulso modernizador foi viabilizado por meios repressivos. (*MOTTA*, 2014, p. 1)

2.5 - A disciplina de Estudos de Problemas Brasileiros (EPB)

Os Estudos de Problemas Brasileiros foi a denominação utilizada para estabelecer o paralelo com Educação Moral e Cívica (EMC) no âmbito do ensino superior (*NASCIMENTO*, 2017, p. 91). Em termos gerais, a moral e cívica foi uma disciplina criada segundo os termos do decreto com o objetivo de fazer com que a sociedade brasileira estivesse dentro do considerado “padrão”, como mencionado no decorrer deste capítulo.

De acordo com Cunha (2012, p. 194), a imperiosa necessidade de regeneração moral da sociedade brasileira foi uma ideia que se desenvolveu nos meios militares, desde as últimas décadas do séc. XIX, como um dos corolários de sua intervenção no Estado, particularmente na Educação Pública.

Contudo, mesmo que essa ideia se mantivesse desde o séc. XIX, não passava de sugestão, ou seja, ainda não era implementado e nem havia uma movimentação para que fosse de disciplinas obrigatórias dentro da base educacional. Mas em 1964, com o golpe, o que era uma sugestão se transformou em política de Estado. O elemento que foi de extrema influência dentro da Educação Moral e Cívica foi a Escola Superior de Guerra (ESG), mais especificamente a Doutrina de Segurança Nacional (DSN) que foi elaborada pela ESG.

No geral a Doutrina de Segurança Nacional (DSN), conferiu grande contribuição de fundamentação teórica, objetivando um projeto de socialização dos valores do regime (DEROSSI; HOLLERBACH; FERENC; 2019, p. 158), o que de fato nos dá margem sobre a condição da educação como forma de controle da sociedade. Ainda:

Embora o ensino moral e cívico não fosse uma exclusividade do regime militar brasileiro, é nesse período, em virtude das cores locais de maior repressão ao movimento estudantil, por exemplo, que tal educação foi mais imbricada com a doutrina governamental. (Derossi; Hollerbach, Ferenc; 2019, p. 161)

Nessa condição, os elementos Deus – Pátria - Família e a DSN integrava o conteúdo base das disciplinas, em que esses preceitos faziam parte do enfrentamento aos antagonistas ao regime, entre eles: a ideologia comunista, os movimentos de estudantes e trabalhadores e a suposta ameaça à moralidade (Derossi; Hollerbach; Ferenc; 2019, p. 155).

Como dissemos no primeiro capítulo deste trabalho, em que uma das principais justificativas para a implementação do golpe era fazer com que o Brasil ficasse livre da ameaça comunista dentro do âmbito político, no que tange a educação não foi diferente. É por essa razão que o Ensino Básico e Superior sofrera alterações nas suas grades educacionais. Diante disso, pontua-se o aspecto de que foram marcantes:

(...) um viés liberal modernizador e o catolicismo reacionário e conservador foram basilares na estrutura da EPB e no combate dos inimigos imaginados: a doutrina comunista e o enfraquecimento da família, motor do desenvolvimento da nação. (Derossi; Hollerbach; Ferenc; 2019, p. 158)

É necessário fazer menção sobre o contexto dos objetivos da EMC segundo o decreto, em que pretendia:

- a) a defesa do princípio democrático, através da preservação do espírito religioso, da dignidade da pessoa humana e do amor à liberdade com responsabilidade, sob a inspiração de Deus;
- b) a preservação, o fortalecimento e a projeção dos valores espirituais e éticos da nacionalidade;
- c) o fortalecimento da unidade nacional e do sentimento de solidariedade humana;
- d) o culto à Pátria, aos seus símbolos, tradições, instituições e aos grandes vultos de sua história;
- e) o aprimoramento do caráter, com o apoio na moral, na dedicação à família e à comunidade;
- f) a compreensão dos direitos e deveres dos brasileiros e o conhecimento da organização sociopolítico-econômica do País;
- g) o preparo do cidadão para o exercício das atividades cívicas com fundamento na moral, no patriotismo e na ação construtiva, visando ao bem comum;
- h) o culto da obediência à lei, da fidelidade ao trabalho e da integração na comunidade. (MOTTA, 2014, p. 185)

Em que, todos esses objetivos estavam pautados no conservadorismo e em uma sociedade tradicional. Ainda segundo Motta:

Os valores que inspiraram a criação da EMC estavam presentes entre apoiadores do regime desde 1964 (patriotismo, religiosidade, anticomunismo), porém como sensibilizavam de maneira especial os segmentos mais à direita, foi necessário o contexto de radicalização “revolucionária” do AI-5 para a viabilização do projeto. (MOTTA, 2014, p. 185)

Ou seja, a utilização do Ato Institucional número 5, responsável pelo o momento ápice da legitimação da repressão e do controle dos considerados “subversivos”, para a legitimação do projeto só nos demonstra a contradição entre o que está escrito e o que está sendo realizado. Quando é mencionado que o objetivo da disciplina EMC é defender o princípio democrático a partir da preservação da dignidade humana, mostra-se devida contradição, em que o principal elemento para efetivação é um mecanismo de repressão que feria diretamente todo e qualquer direito humano.

O decreto responsável foi o número 869/69, além de organizar e implementar Educação Moral e Cívica nas escolas e universidades através de disciplinas específicas, também criou a Comissão Nacional de Moral e Civismo (CNMC). Para essa comissão foram nomeados membros que permaneceriam por seis anos no cargo. Basicamente a função dessa Comissão era colaborar com o Conselho Federal de Educação (CFE) na aprovação dos currículos e metodologias das disciplinas. Além de conseguir ajudar na divulgação da EMC para o meio social, já que muitas pessoas

não entendiam ou não apoiavam, portanto, conseguimos ainda concluir e analisar que existiu todo um mecanismo para que fosse validado todos os atos realizados.

A CNMC passou por reformulações para que conseguisse expressar tudo aquilo que era pretendido por parte governamental. Segundo Motta:

Em 1971, foi baixado novo decreto (n.68.065) para regulamentar melhor o funcionamento da CNMC. Ele trazia novidades na estrutura da comissão, que passou a contar com funcionários e recursos próprios no orçamento federal. A CNMC tinha presidência, com respectivo gabinete, vice-presidência, secretaria-geral e três setores, Implantação e Manutenção da Doutrina, Currículos e Programas Básicos e Exame de Livros Didáticos, cada qual comandado por membro permanente da comissão. Foram criados também sete “serviços” específicos, com os respectivos chefes: Relações Públicas, Currículos e Programas Básicos, Exame de Livros Didáticos, Assessoria e Jurisprudência, Documentação e Publicações, Administrações e Comunicações. (Motta, 2014, p. 187)

Ou seja, a perspectiva que se tem é que há toda uma preparação para que conseguisse manter em ascensão e com uma aceitabilidade maior a respeito das disciplinas. A estrutura era pensada para todas as situações, inclusive houve a criação de centros cívicos com o objetivo de observar os rituais cívicos, além de organizar as comemorações das datas patrióticas, em cada instituição de ensino teria, inclusive nas universidades (mas, há poucos registros sobre a atuação desses centros cívicos dentro do ambiente universitário). Em relação aos professores:

Os professores de EMC para o ensino primário poderiam cursar as licenciaturas curtas, com duração de 1200 horas (em dois anos), enquanto para a atuação no segundo grau era necessário cursar a licenciatura plena. Enquanto se preparavam os “especialistas” para as disciplinas de EMC, professores de história, geografia ou ciências sociais deveriam ministrá-las. Essa decisão gerou polêmica nas universidades, pois havia resistências contra disciplinas que serviam aos propósitos políticos do regime militar. Além disso, os cursos de estudos sociais eram igualmente malvistas, considerados fábricas de diplomas concebidas para esvaziar e despolitizar os cursos de ciências sociais e história. (MOTTA, 2014, p. 189)

Nesse momento começou uma largada para que houvesse a formação de professores específica para as disciplinas propostas. Assim como vários professores foram afastados por não aderir ao novo sistema, como já mencionado no decorrer do capítulo. Em suma, tais disciplinas envoltas da moral e do civismo vieram para justamente justificar e colocar em evidência as pretensões do regime de se manter o controle social.

Mesmo que nas determinações dos decretos mantivesse a ideia de democracia e crescimento da nação, tem-se uma estrutura para que os movimentos estudantis não se ascendessem. É por essa razão que temos professores afastados, alunos expulsos e todo mecanismo de repressão para aqueles que iam contra o

sistema. Cabível enfatizar, que os aspectos da reforma, assim como a inclusão de uma nova disciplina, eram pensados para se manter a hegemonia governamental, assim como deixar clara a influência dos Estados Unidos dentro do contexto ditatorial brasileiro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como mencionado na introdução deste trabalho, tratar de regimes autoritários nos reserva muitos questionamentos acerca das suas intencionalidades com a população, em que qual seria a maior pretensão de tal regime para conseguir se manter na legitimidade. Sabe-se que o regime civil-militar brasileiro se deu através de um golpe para a retirada de João Goulart do poder, já que ele era considerado uma ameaça.

E diante disso, ao que diz respeito ao recorte deste trabalho, por ter sido em um golpe, é evidente que o meio educacional e político estaria relacionado. Como mencionado por Saviani (2012, p.88) educação e política são fenômenos inseparáveis e naquela condição não era diferente. Desde o início do golpe Civil-Militar, tem-se realizações em prol de tornar legítimo o novo governo, e é devido a isso que se tem os Atos Institucionais.

O principal Ato mencionado no decorrer deste trabalho é o AI-5, já que ele representa um dos principais mecanismos de controle da população, no qual entrou em rigor no momento em que os movimentos sociais, principalmente o estudantil, estava em evidência no cenário brasileiro. Essa ascensão e evidência é em razão dos protestos contra a ditadura que se seguia, solicitando assim a retomada da democracia e que as transformações realizadas pelo governo não fossem efetivadas.

Sabe-se que a educação no decorrer do século XX passou a ser debatida, além de ser palco de algumas políticas para que de fato evoluísse e assim ter um país desenvolvido. Quando mencionamos sobre a questão do desenvolvimento podemos nos referir também ao período em que as escolas passaram a ser vistas como ambiente para a realização do ensino técnico e assim se produziria uma ampliação na mão de obra da sociedade.

Em razão do que foi dito, a pretensão do trabalho sempre foi explanar e explicitar as questões educacionais durante o regime civil-militar brasileiro, em que as questões sociais nunca estivera fora do debate. Em suma, a hipótese era de que o Governo Ditatorial utilizara das reformas educacionais, das suas ideologias para controlar socialmente todo um movimento.

O que nos gera o debate da contradição, já que houve a queda do presidente João Goulart justamente pelo medo de se implantar a considerada ideologia comunista, mas se a intenção era manter o país livre de ideologias, principalmente as

de esquerda, não deveria se ter toda uma estrutura para que a ideologia militarista fosse legalizada e levada como principal elemento do regime. No decorrer dos estudos foi possível perceber que a educação não se separa da política, assim como quando temos um governo autoritário a educação segue a mesma performance.

Em que como dito no decorrer do trabalho as pretensões do Estado visam a hegemonia e o controle de todo um contexto, por isso temos a censura às movimentações, além de toda repressão provocada pelo autoritarismo. Além disso, conclui-se que os vieses educacionais dos governos autoritários são voltados para a ideologia que é considerada ideal para o desenvolvimento do país. Como sabemos o Brasil passava por um momento de crise política e instabilidade, então é evidente que as políticas governamentais são voltadas para o desenvolvimento e conseqüentemente a saída da crise.

Assim, partindo para as transformações realizadas na educação, temos uma série de reformas educacionais, para todos os âmbitos, seja o ensino fundamental, médio ou superior, todas passaram por mudanças significativas. A constituição de 1967 previu a eliminação da exigência de um gasto mínimo com a educação, abrindo espaço assim para a privatização, assim como dentro dos currículos da base educacional tivera mudanças com a eliminação de algumas disciplinas, valorização de outras e os acréscimo de mais algumas.

Em relação as disciplinas, com o acordo MEC-USAID temos a valorização das disciplinas de exatas, pois assim era considerado que teriam mais inovação e conseqüentemente desenvolvimento econômico, e as matérias que poderiam ser consideradas como responsáveis pela “formação crítica” dos alunos foram desvalorizadas, assim havendo uma exclusão dos cursos de humanas. É evidente que essas parcerias no âmbito educacional entre o Brasil e o EUA vinha já de uma política controle e de interferências externas, tanto é que com a pesquisa conseguimos perceber que os alunos universitários eram contrários a essa parceria e havia sim uma espécie de conduta por parte estadunidense que apoiavam o regime militar a controlar todos que eram contra.

É evidente que mesmo que os EUA apoiassem a conduta de repressão do regime, eles também estavam preocupados com a imagem que isso repercutiria no mundo, visto que poderia trazer a ideia de que o governo norte americano apoiava a repressão e censura, então as ações do governo brasileiro teriam que ser com cuidado

e sem chamar atenção. Sabemos que nesse momento temos estudantes que foram presos, torturados, censurados, a título de manutenção de uma hegemonia.

Retomando a questão das disciplinas, tem-se nesse período a efetivação das disciplinas de moral e cívica, cada uma sendo direcionada para uma fase da educação. Todas partiam de um movimento da Doutrina da Segurança Nacional, visando a ascensão do sentimento nacionalista dentro da sociedade brasileira. Quando mencionamos sobre o fato da educação autoritária ter-se uma doutrina, uma ideologia condizente com o que o governo acredita para as mudanças é cabível mencionarmos sobre a implementação da Moral e Cívica dentro do ambiente educacional, principalmente que se tem uma estrutura organizada, para justamente monitorar o que era ministrado para os alunos.

Em suma, no decorrer do trabalho precisamos passar por algumas questões para que conseguíssemos chegar em um consenso em razão da Reforma Universitária de 1969. Antes de comentarmos percorremos sobre a questão política dos anos 60, retomando ao governo de Jânio Quadros, João Goulart até a chegada do golpe realizado em 1964, pontuando a influência estadunidense nesse processo político e até educacional. A proposta da reforma era fazer com que as universidades fossem modernizadas, por isso que quando analisamos os discursos feitos pelo presidente Costa e Silva, notamos uma certa normalidade, porque na Lei 5540 de fato as considerações eram sobre devida modernização.

Mas, as reformas realizadas mudaram a academia, ou seja, os moldes universitários foram mudados, principalmente porque naquele momento a educação brasileira precisava ser repensada. Entretanto, esse elemento de repensar precisaria de um cuidado redobrado dos militares para com aqueles que eram contra ao sistema, e contra as pretensões militares, sendo eles alguns estudantes e intelectuais do momento. Por isso, que quando mencionamos que a reforma foi implementada para controle social, estamos falando sobre a questão do regime civil-militar tentar manter sua hegemonia dentro da sociedade. Há estudos que dizem que no começo do golpe não se esperava a ditadura que se seguiu, então para continuar legitimando todos movimentos governamentais era necessário ter esse controle dentro da educação, principalmente no meio universitário que foi o berço da resistência contra o governo.

Como citado a reforma veio com a proposta de modernização, juntamente com a organização da parceria da MEC-USAID, em que essa parceria claramente contava com o apoio financeiro da agência USAID, a partir do momento que o Brasil começa

a ter problemas financeiros toda essa modernização do âmbito universitário fica parada, ou seja, as pretensões da reforma não são realizadas.

Quando foi mencionado que havia apoio estadunidense para que o governo realizasse seu controle, podemos colocar a reforma como contexto disso também, já que a resistência estudantil não era vista com bons olhos dentro dessa perspectiva de reformas educacionais e ainda mais dentro da perspectiva de o Brasil manter um governo ditatorial, repleto de ações para com aqueles considerados “subversivos”, que violavam diretamente os direitos humanos.

Diante disso, como mencionado na introdução deste trabalho, defendemos que as universidades precisaram ser resistência, por ter sido um ambiente repleto de repressão com todas as ações de leis e decretos-leis que visavam manter o objetivo do governo militar, que era ser bem visto e ter sucesso com toda sua política de controle. Gostaria de terminar as considerações com a citação de um autor que esteve presente em boa parte do trabalho, em que segundo Motta (2014, p.192):

A partir de 1969, os militares deslançaram nova ofensiva para a “limpeza” das universidades, aposentando mais de cem professores e criando mecanismo para expurgar os estudantes contestadores, o que levou à expulsão, dos bancos escolares, de aproximadamente mil universitários. Essa foi a fase mais violenta do período militar, em que viveu maior clima de medo e na qual também aumentaram os riscos de se cair na malha repressiva, o que poderia implicar tortura e até morte, em alguns casos. O AI-5 abriu um novo ciclo repressivo, que atingiu de modo particular a comunidade universitária e os meios intelectuais com outros desdobramentos. (MOTTA, 2014, p. 192)

Ou seja, o período para ser efetivado a reforma foi o momento que a censura, a tortura, o desaparecimento político, faziam parte do contexto brasileiro. E era necessário mexer justamente dentro do ambiente que era considerado o ponto contestador, era necessário separar os alunos para que conseguisse dificultar qualquer movimentação em prol da democracia, era necessário levar faculdade de ciências humanas para os polos longínquos da cidade, pois assim dificultava o acesso dos alunos na faculdade, assim como era necessário ficar de olho nos professores para que nenhuma ideologia considerada comunista ou de esquerda fosse propagada, assim como era necessário implementar disciplinas que incentivassem a moral e o civismo, dentre outras circunstâncias, para que o regime civil-militar brasileiro se mantivesse hegemônico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAUMAN, Zygmunt. A cultura da oferta. Novos desafios para a educação. A relação professor/aluno na fase líquido-moderno. In: - **Capitalismo Parasitário: e outros temas contemporâneos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2010, p. 33-72.

BERTOTTI, Rudimar Gomes; CORRÊA, Rosa Lydia. Implantação da disciplina estudo de problemas brasileiros na UFPP (1968-1975). **Linhas Críticas**, Brasília – DF, v. 25 – ahead of print, p. 1-28, 2019.

BRASIL. **[Constituição (1967)]**. Constituição da República Federativa do Brasil: outorgada em 24 de janeiro de 1967. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao67.htm. Acesso em: 19/08/2021

BRASIL. **Decreto – Lei nº 477, de 26 de fevereiro de 1969**. Define infrações disciplinares praticadas por professores, alunos, funcionários ou empregados de estabelecimentos de ensino público ou particulares, e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial da União, [1969]. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decllei/1960-1969/decreto-lei-477-26-fevereiro-1969-367006-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 19/08/2021

BRASIL. **Decreto – Lei nº 869, de 12 de setembro de 1969**. Dispõe sobre a inclusão da Educação Moral e Cívica como disciplina obrigatória, nas escolas de todos os graus e modalidades, dos sistemas de ensino no País, e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial da União, [1969]. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decllei/1960-1969/decreto-lei-869-12-setembro-1969-375468-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 02/11/2021

BRASIL. **Lei nº 5540, de 28 de novembro de 1968**. Dispõe sobre normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial da União, [1968]. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5540-28-novembro-1968-359201-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 02/11/2021

BRASIL. **Presidente (1967-1969: Arthur Costa e Silva)**. Discurso do Presidente da República no museu nacional. Rio de Janeiro, 30 de maio de 1968. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/catalogo/costa-e-silva/costa-e-silva-pronunciamentos-do-presidente-3-semester-1968/view>. Acesso em: 19/08/2021

BRASIL. **Presidente (1967-1969: Arthur Costa e Silva)**. Discurso do Presidente Costa e Silva pronunciado na oportunidade do segundo aniversário de seu governo. Distrito Federal, 15 de março de 1969. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/catalogo/costa-e-silva/costa-e-silva-pronunciamentos-do-presidente-4-semester-1969/view>. Acesso em: 19/08/2021

BITTAR, Marisa; JR, Amarilio Ferreira. Educação e ideologia tecnocrática na ditadura militar. **Cadernos CEDES**, v. 28, n. 76, 2008.

BOMENY, Helena. O sentido político da educação de Jango. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. **CPDOC|FGV**, 2020. Acesso em: 06/09/2021

BUENO, Bruno Bruziguessi. Os fundamentos da Doutrina de Segurança Nacional e seu legado na constituição do Estado brasileiro contemporâneo. **Revista Sul-Americana de ciência política**, v.2, n.1, p. 47-64, 2014.

CUNHA, Luiz Antônio. **A universidade reformanda: o golpe de 1964 e a modernização do ensino superior**. 2º ed. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

CUNHA, L. A.; GÓES, M. **O golpe na educação**. 11º ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.

CUNHA, Luiz Antônio. Os estudos de problemas brasileiros na UFRJ: Aproximações institucionais. **Revista Contemporânea de educação**, v. 7, n. 13, janeiro/julho, 2012.

DEROSSI, Caio Corrêa; HOLLERBACH, Joana D' arc G.; FERENC, Alvanize Valente Fernandes. A disciplina estudo de problemas brasileiros (EPB) na Universidade Federal de Viçosa (UFV): Em foco o projeto educacional do regime civil-militar para as universidades brasileiras. **Revista de História e Historiografia da educação – Curitiba, Brasil**, v.3, n.9, p. 152-173, setembro/dezembro, 2019.

Equipe gazeta do povo. A história da Educação no Brasil: uma longa jornada com lenta evolução. **Gazeta do Povo**. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/educacao/a-historia-da-educacao-no-brasil-uma-longa-jornada-rumo-a-universalizacao-84npcihyra8yzs2j8nnqn8d91/>. Acesso em: 5 out. 2021.

FÁVERO, Maria de Lourdes de A. A universidade no Brasil: das origens à reforma universitária de 1968. **Educar em Revista**, n. 28, 2006.

FERRARO, José Luis Schifino. Althusser, Educação, Estado e (RE) produção. **Revista Contemporânea de Educação**, vol 9, n.17, Janeiro/Junho, 2014.

FICO, Carlos. **História do Brasil contemporâneo**. 1º ed., 3º reimpressão. São Paulo: Contexto, 2020.

FICO, Carlos. **O golpe de 1964: momentos decisivos**. 1º ed., 3º reimpressão. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.

FIGUEIREDO, César Alessandro. Partido Comunista Brasileiro versus Ditadura Militar: 1964-1985 – A clandestinidade também mata. **Textos&Debates**, Boa Vista, n. 25, p. 161-187, 2015.

FILHO, Marcondes C. Ideologia. 8ºed. São Paulo: Global, 1994.

GELB, Ricardo K.; DOMINGOS, Charles S. Machado. Coerção e consenso no país dos generais: a educação a serviço de um projeto de poder. **Revista de História da UEG**, v.3, n.1, p. 36-55, 2014.

GERMANO, José Willington. O discurso político sobre a educação no Brasil autoritário. **Cadernos CEDES**, v. 28, n. 76, 2008.

GONÇALVES, Nádia G. Doutrina de Segurança Nacional e desenvolvimento na ditadura civil-militar: estratégias e a educação. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História, Anpuh**, São Paulo, 2011.

HEYMANN, Luciana Quillet. Desafios e rumos da política educacional. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. **CPDOC| FGV**, 2020. Acesso em: 06/09/2021.

Jango. Direção: Sílvio Tendler. Produção de Ferraz, Hélio Paulo. Brasil: Caliban Produções Cinematográficas; Embrafilme – Empresa Brasileira de Filme S.A., 1984, Youtube.

Jornal da Unicamp. Reforma educacional da ditadura eliminou a exigência de gasto mínimo com educação. **Rev. Ensino Superior UNICAMP**, 2014.

KOCH, Adolar. **A disciplina de EPB – Estudos de Problemas Brasileiros na ditadura militar e civil brasileiro – 1970/1993: o caso da UFRGS/** Adolar Koch, 2019.

MANSAN, Jaime V. Coerção e controle: a educação superior no Brasil durante a ditadura civil-militar (1964-1988). **Clio – Rev. De Pesq. Hist.**, n. 30-2

MARTINS, Carlos Benedito. A reforma universitária de 1968 e a abertura para o ensino superior privado no Brasil. **Educação e Sociedade**, v. 30, n. 106, 2009.

MENEZES, Ebenezer Takuno de. Verbetes EMC (Educação Moral e Cívica). **Dicionário Interativo da Educação Brasileira - EducaBrasil**. São Paulo: Midiamix

Editora, 2001. Disponível em <<https://www.educabrasil.com.br/emc-educacao-moral-e-civica/>>. Acesso em 12 out 2021.

MOTTA, Rodrigo P. Sá. A ditadura nas universidades: repressão, modernização e acomodação. **Ciência e Cultura**, v. 66, n. 4, 2014.

MOTTA, Rodrigo P. Sá. **As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária**. 1º ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

NAPOLITANO, Marcos. **1964: História do Regime Militar Brasileiro**. 1º ed., 8º reimpressão. São Paulo: Contexto, 2020.

NASCIMENTO, Maiara de Arruda. **Arranjo e descrição do acervo documental memória acadêmica: vestígios da ditadura civil-militar na UFSM/** Maiara de Arruda Nascimento – 2017.

NOSELLA, Paolo. A escola em Gramsci: vinte e dois anos depois. **Trabalho Necessário**, ano 13, n. 15, 2015.

NUNES, Caroline Gomes. **A repressão aos estudantes, professores e funcionários na Universidade Federal de Goiás durante a ditadura militar (1964-1979)**. Goiânia, 2019.

O dia que durou 21 anos. Direção: Camilo Tavares. Produção de Camilo Tavares. Brasil: Pequi Filmes, 2012, Youtube.

PANDOLFI, Dulce. O cenário político partidário do período. **CPDOC|FGV**, 2020. Acesso em: 08/12/2021

Partidos políticos – Memórias da ditadura. **Memórias da ditadura**. Disponível em: <<https://memoriasdaditadura.org.br/partidos-politicos/>>. Acesso em: 08/12/2021

Períodos da ditadura - Memórias da ditadura. **Memórias da ditadura**. Disponível em: <<https://memoriasdaditadura.org.br/periodos-da-ditadura/>>. Acesso em: 22 set. 2021

PINA, Fabiana. O acordo MEC-USAID: ações e reações (1966 – 1968). Repositório de dissertações, **UNESP**, 2011.

Repressão- memórias da ditadura. **Memórias da ditadura**. Disponível em: <<http://memoriasdaditadura.org.br/repressao/>>. Acesso em: 22 set. 2021.

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. **História da educação brasileira: a organização escolar**. 12º ed. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1992.

ROMANELLI, Otaiza de Oliveira. **História da educação no Brasil (1930/1973)**. 8º ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1986.

SANTOS, Marcelo Gonzaga dos.; VARGAS, Cláudia Regina. Autoritarismo e educação no Brasil: As reformas educacionais na ditadura civil-militar (1964-1974).

Itinerarius Reflections, v.8, n.1, 2012.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e Democracia**. 42° ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2012.

SAVIANI, Dermeval. O legado educacional do regime militar. **Cadernos CEDES**, v. 28, n. 76, p. 291-312, 2008.

SILVA, Alexandre; NETO, José de Caldas; RODRIGUES, Katissa. Estrutura e Funcionamento do Ensino no Período Pombalino no Brasil. **Rev. Mult. Psic.** V.12, N.41, p. 637-348, 2018.

TOLEDO, Caio Navarro de. 1964: O golpe contra as reformas e a democracia. **Rev. Bras. Hist.**, v. 24, n. 47, 2004.

TRINDADE, Bianca. Reflexões acerca da educação durante a ditadura no Brasil. **Monografias Brasil Escola**. Acesso em: 26 set. 2021.

U.S. Agency for International Development. **Usaid.gov**. Disponível em: <<https://www.usaid.gov/>>. Acesso em: 26 set. 2021.